

A União

DEPARTAMENTO DE PUBLICIDADE

DIVISÃO DE IMPRENSA OFICIAL

Ano LIV — N.º 178

João Pessoa — Paraíba

Quarta-feira, 14 de agosto de 1946

ADMINISTRAÇÃO DO EXMO. SR. DR. ODON BEZERRA CAVALCANTI

ATOS DO INTERVENTOR FEDERAL

DECRETO-LEI N.º 847, de 13 de agosto de 1946

Cria funções gratificadas na Secretaria de Educação e Saúde.

O Interventor Federal no Estado da Paraíba, usando da atribuição que lhe confere o art. 6.º, n.º V, do decreto-lei federal n.º 1.202, de 8 de abril de 1939,

DECRETA:

Art. 1.º — Ficam criadas na Secretaria de Educação e Saúde as funções de Chefe de Gabinete, Chefe de Serviço de Administração e Chefe de Serviço de Contabilidade, mediante as gratificações mensais de Cr\$ 300,00 (trezentos cruzeiros).

Art. 2.º — Revogam-se as disposições em contrário.

João Pessoa, 13 de agosto de 1946; 58.º da Proclamação da República.

ODON BEZERRA CAVALCANTI
Abelardo de Araújo Jurema
José Mousinho

DECRETO-LEI N.º 848, de 13 de agosto de 1946

Abre à Secretaria da Interventoria Federal o crédito especial de Cr\$ 47.800,00.

O Interventor Federal no Estado da Paraíba, usando da atribuição que lhe confere o art. 6.º, n.º V, do decreto-lei federal n.º 1.202, de 8 de abril de 1939,

DECRETA:

Art. 1.º — Fica aberto à Secretaria da Interventoria Federal, o crédito especial de quarenta e sete mil e oitocentos cruzeiros (Cr\$ 47.800,00), destinado a atender ao pagamento de despesas com a aquisição de um carro "Mercury" para a mesma Secretaria.

Art. 2.º — Revogam-se as disposições em contrário.

João Pessoa, 13 de agosto de 1946; 58.º da Proclamação da República.

ODON BEZERRA CAVALCANTI
José Mousinho

EXPEDIENTE DO INTERVENTOR FEDERAL DO DIA 24 DE JULHO:
Petições:

N.º 8902, da The Great Western of Brazil Railway Company Limited. — Reconheço a dívida na importância de Cr\$ 386,50.

N.º 8903, da mesma. — Reconheço a dívida na im-

portância de um mil cento e cinquenta e quatro cruzeiros e cinquenta centavos. Aguarda abertura de crédito.

EXPEDIENTE DO INTERVENTOR FEDERAL DO DIA 8 DE AGOSTO:
Decreto:

O INTERVENTOR FEDE-

RAL, usando da atribuição que lhe confere o art. 7.º,

inciso 3.º do decreto-lei federal n.º 1.202, de 8 de abril de 1939, resolve pôr à disposição do Gabinete da Secretaria do Interior e Segurança Pública, Lourivalia Dias de Freitas, ocupante do cargo da classe B da carreira de professor do Quadro Único do Estado, lotada no Departamento de Educação.

EXPEDIENTE DO INTERVENTOR FEDERAL DO DIA 12:

Processo SAVOP 1.810 46 — Severino Francisco Pereira, pleiteando dispensa de débito, proveniente de taxas de consumo de energia elétrica no Casino do Parque Solon de Lucena, no período de janeiro de 1941 a julho de 1946.

A Secretaria da Agricultura, considerando o parecer da R. S. E. sobre o assunto, opina pela concessão do abatimento de 50% do total da dívida, que será em 10 prestações pagas conjuntamente com as taxas mensais.

Decretos.

O INTERVENTOR FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso III, art. 7.º, do decreto-lei federal n.º 1.202, de 8 de abril de 1939, resolve promover, por merecimento, de acordo com o art. 51, do decreto-lei 202, de 28 de outubro de 1941, Ruteas Henriques Filgueiras do cargo da classe G, da carreira de Inspetor Técnico, do Quadro Único do Estado, ao cargo da classe H, da mesma carreira, vago com a

aposentadoria de Francisco Lucas de Souza Rangel.

O INTERVENTOR FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso III, art. 7.º, do decreto-lei federal n.º 1.202, de 8 de abril de 1939, resolve nomear, de acordo com o item IV, art. 15, do decreto-lei 202, de 28 de outubro de 1941, Maria de Lourdes Lins para exercer, interinamente, o cargo da classe B, da carreira de Professor, do Quadro Único do Estado, com a lotação de seu ocupante fixada no Departamento de Educação.

O INTERVENTOR FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso III, art. 7.º, do decreto-lei federal n.º 1.202, de 8 de abril de 1939, resolve nomear, de acordo com o item IV, art. 15, do decreto-lei 202 de 28 de outubro de 1941, Maria de Medeiros Delgado para exercer, interinamente, o cargo da classe B, da carreira de Professor, do Quadro Único do Estado, com a lotação de seu ocupante fixada no Departamento de Educação.

O INTERVENTOR FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso III, art. 7.º, do decreto-lei federal n.º 1.202, de 8 de abril de 1939, resolve nomear, de acordo com o item IV, art. 15, do decreto-lei 202, de 28 de outubro de 1941, Francisca dos Santos para exercer, interinamente, o cargo da classe B, da carreira de Professor, do Quadro Único do Estado, com a lotação de seu ocupante fixada no Departamento de Educação.

EXPEDIENTE

A matéria constante do expediente do Governo, das Secretarias de Estado e das Repartições públicas deverá ser endereçada à redação da A UNIÃO.

Os avisos e editais, balancetes dos bancos e os anúncios constituem matéria a ser entregue à Gerência, para o respectivo contrato de publicidade.

As repartições públicas deverão remeter o expediente até às 17,30 e, aos sábados, até às 14 horas.

Os originais deverão ser autenticados. As rasuras e emendas deverão vir, sempre, ressaltadas por quem de direito. Os originais devem ser datilografados, evitando-se escrever no verso.

A matéria paga terá seu recebimento das 11,30 às 17,30, e aos sábados, das 8 às 12 horas.

As reclamações, consta-

EXPEDIENTE DO INTERVENTOR DO DIA 13:

Decretos:

O INTERVENTOR FEDERAL NO ESTADO DA PARAIBA, usando da atribuição que lhe confere o art. 7.º, inciso II, do decreto-lei federal n.º 1.202, de 8 de abril de 1939, resolve exonerar, a pedido, Severino Gomes Procópio do cargo de Prefeito Municipal de Campina Grande, que exercia em comissão.

O INTERVENTOR FEDERAL NO ESTADO DA PARAIBA, usando da atribuição que lhe confere o art. 7.º, inciso II, do decreto-lei federal n.º 1.202, de 8 de abril de 1939, resolve nomear Anfrísio Ribeiro Brito para exercer, em comissão, o cargo de Prefeito Municipal de Campina Grande.

O INTERVENTOR FEDERAL NO ESTADO DA PARAIBA, usando da atribuição que lhe confere o art. 7.º, inciso III, do decreto-lei federal n.º 1.202, de 8 de abril de 1939, resolve nomear de acordo com o item I, art. 15 do decreto-lei 202, de 28 de outubro de 1941, Severino Gomes Procópio para exercer, em comissão, o cargo de Chefe de Polícia, padrão N. do Quadro Único do Estado.

O INTERVENTOR FEDERAL NO ESTADO DA PARAIBA, usando da atribuição que lhe confere o art. 7.º, inciso III, do decreto-lei federal n.º 1.202, de 8 de abril

A UNIÃO

DEPARTAMENTO DE PUBLICIDADE

Redação e Oficinas:
Rua Duque de Caxias S/N.

Diretor Geral — JOSÉ DE CERQUEIRA ROCHA

DIVISÃO DE IMPRENSA OFICIAL

Secretário — WILSON MADRUGA

Gerente — MARDOKEO NACRE

O único cobrador autorizado deste jornal, no interior do Estado, é o sr. Silvano Rocha.

Tabela de assinaturas e publicidade

ASSINATURAS	PUBLICIDADE
Cr\$.	Cr\$.
Ano 60,00	1 pagina, por vez . 400,00
Semestre 40,00	½ pagina, por vez . 200,00
Numero avulso . . . 0,20	¼ de pagina, por vez 100,00
Numero atrasado . . 0,40	Centimetro de columna 4,00
A assinatura para os funcionarios publicos terá o abatimento de 40%.	
	Editais, por centimetro de columna . 2,40

tada a existência de erros ou omissões pertinentes à matéria divulgada, deverão ser formuladas à Redação da UNIÃO, das 14 às 17,30 e, aos sábados, das 8 às 12 horas.

As assinaturas podem ser tomadas em qualquer época do ano, por semestre ou ano, terminando no ultimo dia do mês em que vence-rem.

As repartições públicas se cingirão às assinaturas anuais, renovadas pelo órgão competente, até 31 de dezembro.

Os cheques ou vales postais deverão ser emitidos em favor do Tesoureiro da A UNIÃO.

Para quaisquer informações sobre matéria de serviço, poderá ser utilizado o seguinte telefone:

Diretoria — 1211

Endereço telegrafico IM-PRENSEF.

de 1939, resolve conceder exoneração, de acordo com o § 1.º, alinéa A, art. 92 do decreto-lei 202, de 28 de outubro de 1941, a Anfrísio Ribeiro Brito do cargo de Chefe de Polícia, padrão N. do Quadro Único do Estado, que exercia em comissão.

EXPEDIENTE DO INTERVENTOR FEDERAL DO DIA 13:

Propostas de contratos — A Secretaria de Educação e Saude — Anaiza Barbosa de Souza, professor — Cr\$ 270,00. Raimunda Nini Gomes, professor — Cr\$ 270,00. Maria Madalena Xavier de Lira, professor — Cr\$ 270,00. Raimunda Vieira Costa, professor — Cr\$ 270,00; Irene Vieira da Silva, professor — Cr\$ 270,00. Irene Guedes, professor — Cr\$ 270,00. Eusamar de Oliveira Santos, professor — Cr\$ 270,00. Iraci Guedes, professor — Cr\$ 270,00. Severina Cavalcanti de Albuquerque — professor — Cr\$ 270,00. Adolfinia Maria de Lucena, inspetor de alunos — Cr\$ 270,00. Lindalva de Souza, professor — Cr\$ 270,00. Eloisa Cassimiro de Souza, professor — Cr\$ 270,00. Maria da Luz Trigueiro, professor — Cr\$ 270,00. Maria das Chagas Candeia, professor — Cr\$ 270,00. Amália Carlos Cunha, professor — Cr\$ 270,00. Maria Alice Felipe, professor — Cr\$ 270,00. Maria Iameria da Costa, professor — Cr\$ 270,00. Maria das Neves

Moraes de Carvalho, professor — Cr\$ 270,00. Terezinha de Mendonça Barbalho, professor — Cr\$ 270,00. Maria Gouveia da Silva, professor — Cr\$ 270,00. Sebastiana Angela de Farias, professor — Cr\$ 270,00. Berenice Leopoldina da Silva, professor — Cr\$ 270,00. Maria da Luz Araujo Rocha, professor — Cr\$ 270,00. Eudécia Garcia de Figueirêdo, professor — Cr\$ 270,00. Maria de Luna Escorel, inspetor de alunos — Cr\$ 270,00. Heloisa Nóbrega de Farias Leite, professor — Cr\$ 270,00. Herundina Veridiana de Medeiros, professor — Cr\$ 270,00. Departamento de Educação. Prazo: Da data da assinatura do contrato até 31-12-46. Aprove. (ass.) Odon Bezerra Cavalcanti.

Petições:

De Lucila Mendonça dos Santos, extranumerário diarista, requerendo licença para tratamento de saúde. — Concedo 60 dias de li-

cença, com o salário, na forma da lei, à vista do parecer.

De Isaura Bandeira Tavares, auxiliar de escritório, classe B, requerendo no mesmo sentido. — Concedo 30 dias de licença, com os vencimentos, na forma da lei, a partir de 12-8-46, à vista do parecer.

De Alice Ferreira, extranumerário diarista, requerendo prorrogação de licença. — Concedo 60 dias de licença, em prorrogação, com o salário, a partir de 21-5-46, na forma da lei, à vista do parecer. Portaria.

O INTERVENTOR FEDERAL, usando das atribuições que lhe são conferidas, resolve dispensar, a pedido, o extranumerário contratado, José Ferreira Diniz das funções de Classificador, lotado no Departamento de Classificação de Produtos Agro-Pecuários.

CONSELHO ADMINISTRATIVO DO ESTADO

94.ª SESSÃO ORDINARIA DO DIA 13—8—46:

Sob a presidência do conselheiro Oswaldo Pessoa Cavalcanti de Albuquerque, secretariado pelo senhor João Araújo Dias com a presença e parte ativa nos trabalhos dos conselheiros drs. Severino Ayres, Rômulo Rangel e

João Leles, realizou-se a 94.ª sessão ordinária do Conselho Administrativo do Estado.

Lida a ata da reunião anterior, é aprovada sem restrições.

EXPEDIENTE: — Deram entrada, para os devidos fins, as Prestações de Contas referentes ao exercício de

1945, das segunites Prefeituras: Antenor Navarro, Esperança, Jatobá, Serraria, Taboiana, Maguari, Mamanguape, Sapé, Ibiapinópolis, Cuité, Alagoa Grande, Pombo, respectivamente, distribuídas aos conselheiros drs. Severino Ayres, João Lelis e Rômulo Rangel.

PARECER A PUBLICAÇÃO:

— Os números 142, 143 e 144, da Prefeitura de S. João do Cariri, abrindo á Tesouraria daquela Comuna o crédito suplementar de Cr\$ 8.671,30 a diversas consignações do orçamento vigente — Relator dr. Severino Ayres; da Interventoria Federal, criando a função gratificada de Diretor da Maternidade "Candida Vargas" e dando outras providências — Relator dr. João Lelis; e abrindo ao Departamento de Serviço Público o crédito de Cr\$ 74.380,00, suplementar a dotações do orçamento vigente — Relator dr. Rômulo Rangel.

ORDEM DO DIA: — Foram discutidos e aprovados os pareceres ns. 136 137 e 138, aos projetos de decreto-leis: abrindo á Secretaria da Interventoria Federal o crédito especial de Cr\$ 47.800,00; da Prefeitura de Cajazeiras, alterando o padrão de vencimento de cargos do Quadro Fixo daquela edilidade e dando outras providências. — Relator dr. Severino Ayres; da Interventoria Federal, abrindo á Secretaria do Interior e Segurança Pública o crédito especial de Cr\$ 4.332,50. — Relator dr. Rômulo Rangel.

E nada mais havendo a tratar, é encerrada a sessão marcando, antes o senhor Presidente nova reunião para hoje, á hora regimental.

João Araújo Dias — Secretário.

PARECER N.º 142

Prefeitura de São João do Cariri — Varias verbas do orçamento vigente estão esgotadas. Os serviços custeados por essas verbas, como explica o prefeito de S. João do Cariri, "não podem sofrer a solução de continuidade" e, assim, urge suplementá-las.

O aumento ás dotações em apreço é de Cr\$ 8.671,30, (oito mil seiscentos e setenta e um cruzeiros e trinta centavos). Pode ser feita a ope-

ração, pois, como informa o Departamento das Municipalidades, esta conforme com o que preceitua o art. 13 do Decreto-lei n.º 99, de 25 de setembro de 1940, e, demais, a Prefeitura de S. João do Cariri dispõe de recurso suficientes. Tem um saldo liberado de Cr\$ 12.679,70, verificado no balancete de julho ultimo.

Enquadrado, por consequente o respectivo projeto do decreto-lei no disposto do art. 11 §§ 2.º e 3.º do Decreto-lei federal n.º 2.416, sou pela sua aprovação e, consequentemente, pela abertura do crédito adicional de que cogita, apresentando á deliberação do Plenário esta

RESOLUÇÃO:

O Conselho Administrativo do Estado, diante do parecer do relator, decide aprovar o projeto de decreto-lei da Prefeitura do Município de S. João do Cariri abrindo o crédito suplementar de Cr\$ 8.671,30 a diversas dotações orçamentárias, verificadas insuficientes para os serviços criados.

Sala das Sessões do C. A. E., em 12 de agosto de 1946.

Severino Alves Ayres — Relator.

PARECER N.º 143

INTERVENTORIA FEDERAL. — Criando a função gratificada de Diretor da "Maternidade Candida Vargas", a Interventoria Federal vem de enviar a este Conselho o projeto de decreto-lei respectivo.

Para tal abre no mesmo projeto um crédito especial no montante de Cr\$ 12.000,00 correspondente á despesa no exercício andante. Trata-se como se vê de uma medida regularizadora da situação assistencial que ate agora está carecendo de providencia, visto que o cargo não existe no orçamento como deve ser considerado. As funções vinham sendo exercidas por nomeação do governo sem que constasse verba adequada ao pagamento dos serviços. A Diretoria de Saúde Publica arbitrou em Cr\$ 2.000,00 a gratificação devida ao Diretor da Maternidade, sem que nenhum ato regularizasse o pagamento — tornando-se mister a providencia que é sugerida

pela Secretaria competente, de criar-se a referida função gratificada. Apreciando o assunto o D. S. P. conclue a sua exposição dizendo. No caso, a unica sugestão que o D. S. P. pode apresentar, é a imediata criação da função gratificada de "Diretor da Maternidade Candida Vargas" a-fim-de que se defina, de vez, a situação do servidor nela investida,

Foi ouvida a Secretaria das Finanças que informa haver disponibilidades suficientes á enfrentação do encargo decorrente do projeto, abrindo o crédito especial relativo á Secretaria de Educação e Saúde.

Considerando que nenhum inconveniente existe na criação da citada função gratificada, nem que o ônus dela decorrente contraria as normas e preceitos reguladores da especie, sou de parecer que seja aprovado o projeto normalizando-se dessa forma uma situação anomala no quadro de funcionário.

Por esta razão apresento á Casa a seguinte

RESOLUÇÃO:

O Conselho Administrativo do Estado resolve aprovar o projeto de decreto-lei da Interventoria Federal, que cria a função gratificada de diretor da Maternidade Candida Vargas, abrindo para tal o respectivo crédito especial no valor de Cr\$ 12.000,00 e dá outras providências.

Sala das Sessões, do C. A. E., em 13 de agosto de 1946.
João Lelis — Relator.

PARECER N.º 144

INTERVENTORIA FEDERAL. — O sr. Interventor Federal submeteu á consideração deste Conselho, no expediente em estudo, um projeto de decreto-lei abrindo ao Departamento do Serviço Público o crédito suplementar de Cr\$ 74.380,00, distribuído por diversas verbas do orçamento em vigor.

O processo está instruído com uma informação da Contadoria Geral do Estado que diz existirem disponibilidades financeiras para a operação.

A providencia que tem em vista o sr. Interventor Federal é uma operação comum na execução orçamentaria e expressamente autorizada por lei.

Em face desta circunstân-

cia e dos motivos aduzidos como justificação, sou favorável ao projeto.

Em consequencia submeto ao exame da Casa esta

RESOLUÇÃO:

O Conselho Administrativo do Estado, resolve aprovar o projeto de decreto-lei da Interventoria Federal que abre ao Departamento do Serviço Público o crédito especial de Cr\$ 74.380,00 a diversas verbas do orçamento.

Sala das Sessões do C. A. E. em 13 de agosto de 1946.

Romulo Romero Rangel — Relator

RESOLUÇÃO N.º 128 de 13-8-46

Aprova o projeto de decreto-lei da Interventoria Federal, abrindo á Secretaria do Interior e Segurança Pública, o crédito especial de Cr\$ 4.332,50.

O Conselho Administrativo do Estado da Paraíba, em sessão de 12 de agosto de 1946, adotou o seguinte

RESOLUÇÃO

É aprovado o projeto de decreto-lei da Interventoria Federal, que abre á Secretaria do Interior e Segurança Pública, o crédito especial de Cr\$ 4.332,50.

João Pessoa, 13 de agosto de 1946.

Oswaldo Pessoa — Presidente.

Publicada na Secretaria do Conselho Administrativo do Estado da Paraíba, em 13 de agosto de 1946.

João Araújo Dias — Secretário.

RESOLUÇÃO N.º 129 de 13-8-46

Aprova o projeto, de decreto-lei da Prefeitura de Cajazeiras, alterando o padrão de vencimentos de cargos do quadro fixo da Prefeitura.

O Conselho Administrativo do Estado da Paraíba, em sessão de 13 de agosto de 1946, adotou a seguinte

RESOLUÇÃO

É aprovado o projeto de decreto-lei da Prefeitura Municipal de Cajazeiras, de acordo com o parecer n.º 137 publicado em 8 do corrente, que altera os vencimentos de cargo do quadro fixo da Pre-

feitura e dá outras providências.

João Pessoa, 13 de agosto de 1946.

Oswaldo Pessoa — Presidente.

Publicada na Secretaria do Conselho Administrativo do Estado da Paraíba, em 13 de agosto de 1946.

João Araújo Dias — Secretário.

RESOLUÇÃO N.º 130 de 13-8-46.

Aprova o projeto de decreto-lei da Interventoria Federal abrindo á Secretaria da mesma Interventoria, o crédito especial de Cr\$ 47.800,00.

O Conselho Administrativo

do Estado da Paraíba, em sessão de 13 de agosto de 1946 adotou a seguinte

RESOLUÇÃO:

É aprovado o projeto de decreto-lei da Interventoria Federal, que abre o crédito especial de Cr\$ 47.800,00 á Secretaria da mesma Interventoria destinado a atender ao pagamento de despesas com aquisição de um carro Mercury.

João Pessoa, 13 de agosto de 1946.

Oswaldo Pessoa — Presidente.

Publicada na Secretaria do Conselho Administrativo do Estado da Paraíba, em 13 de agosto de 1946.

João Araújo Dias — Secretário.

De Nely Marques Rocha, no mesmo sentido. — Igual extranumerário contratado, despacho.

requerendo licença de acordo com o art. 163 do E. F. — Igual despacho.

De Maria Ivone de Moura Pimentel, extranumerário contratado, requerendo

De Adelvina Rodrigues da Costa, Inspetor de Alunos, classe B, requerendo no mesmo sentido. — Igual despacho.

SECRETARIA DO INTERIOR E SEGURANÇA PÚBLICA

DEPARTAMENTO DA POLICIA CIVIL

EXPEDIENTE DO CHEFE

DE POLICIA DO DIA 13:

Petição:

De Abilio Agostinho de Lucena. — Despacho: Indeferido. O artigo 137, do decreto-lei da Interventoria Federal do Estado n.º 689, de 23 de junho de 1945, não revoga o artigo 743 do Código de Processo Penal. Reabilita-se em Juízo e volte.

De Hayton Vidal dos Santos, solicitando folha corrida. — Despacho: Deferido.

De João Xavier da Costa, no mesmo sentido. — Igual despacho.

De Erci Freitas Avila Lins, no mesmo sentido. — Igual despacho.

INSTITUTO MEDICO LEGAL

EXPEDIENTE DO DIRETOR DO DIA 13:

Petições despachadas.

De Maria do Carmo Monte, domestica, residente á rua Barão de Mamanguape, n.º 368, requerendo uma carteira de identidade. — Despacho: Como requer.

De Antonio José da Cruz, mecanico, residente á av. Gouveia Nóbrega, n.º 1205, no mesmo sentido. — Igual despacho.

De José Maria de Lima, tipografo, residente em Santa Rita, em igual sentido. — Igual despacho.

De Tereza Espinola dos Santos, domestica, residente á av. Minas Gerais, n.º 225, idem, no mesmo sentido. — Igual despacho.

DEPARTAMENTO DE PUBLICIDADE

DIVISÃO DE RADIO

DIFUSÃO

RADIO TABAJARA DA PARAIBA

Frequência 1.110 Kcs.

Ondas largas de 270 metros.

Programa para hoje:

09.00 — Característica.

— Bom dia da P. R. I. 4.

09.05 — Boletim econô-

DEPARTAMENTO DO SERVIÇO PÚBLICO

EXPEDIENTE DO DIRETOR GERAL DO DIA 10:

Processo n.º 2372/46 — D. S. P. — O D. C. P. A. P. encaminhando o pedido de rescisão de contrato do Classificador, José Ferreira Diniz.

* * *

O D. S. P. submete á consideração do Senhor Interventor Federal o processo em apreço, acompanhado da minuta do ato, objetivando o assunto, em condições de ser assinado.

D. S. P., em 10 de agosto de 1946.

Otávio Costa,
Diretor Geral.

Aprovo. Em 13-8-46. — (as.) Odon Bezerra Cavalcanti

DIVISÃO DE PESSOAL

EXPEDIENTE DO DIRETOR DO DIA 13:

Petições:

De Matilde Cavalcanti de Oliveira, extranumerário mensalista, requerendo licença para tratamento de saúde. — Submeta-se á inspeção médica no Centro de Saúde desta Capital.

De João Martins do Nascimento, Guarda Civil, classe B, requerendo no mesmo sentido. — Igual despacho.

De Maria José Torres, Professor padrão A, reque-

rendo no mesmo sentido. — Igual despacho.

De José Clementino Junior, Médico, classe H, requerendo no mesmo sentido. — Igual despacho.

De Maria Elizabeth Monteiro, extranumerário contratado, requerendo no mesmo sentido. — Submeta-se á inspeção médica no Posto de Higiene de Tabalana.

De Antonio Francisco da Silva, extranumerário diarista, requerendo no mesmo sentido. — Submeta-se á inspeção médica no Posto de Higiene de Campina Grande.

De Osvaldo Trigueiro Castelo Branco, extranumerário contratado, requerendo no mesmo sentido. — Submeta-se á inspeção médica no Posto de Higiene de Monteiro.

De Florentino Barbosa, Professor Docente padrão G, requerendo prorrogação de licença. — Submeta-se á inspeção médica no Centro de Saúde desta Capital.

De Severina de Barros Guerra, extranumerário contratado, requerendo no mesmo sentido. — Igual despacho.

De Diogo Cavalcanti de Albuquerque, extranumerário contratado, requerendo no mesmo sentido. — Igual despacho.

mico. — Oportunidades comerciais.

09.10 — Seleções musicais. — Gravações selecionadas.

10.10 — Ritmo para todos

10.30 — Notícias para a mulher — modas — culinárias.

10.35 — Cont. de Ritmo para todos.

11.45 — Informações do Departamento de Publicidade.

12.00 — O mundo em revista. — Noticiário internacional.

12.07 — Cont. de Ritmo para todos.

12.30 — Retransmissão da BBC de Londres.

12.45 — Cont. de Ritmo para todos.

13.00 — Boa tarde. — Intervalo.

17.00 — O boa tarde sonoro com gravações selecionadas.

18.00 — Ave Maria.

Programa de estúdio:

18.05 — Programa com Aluisio Cavalcanti. Acomp. Regional. 1.º — Príncipe encantado — samba de Guttemberg Albuquerque; 2.º — A você — samba de Paulo Marques e Nelson Gonçalves; 3.º — Lembrança de uma tarde — samba de Jacy Cavalcanti.

18.25 — Informações do Departamento de Publicidade.

18.30 — Programa com o Conjunto Típico — Direção de Paulino Galvão. 1.º — Quando lhora la milonga — tango; 2.º — Paciência — tango de Juan D'arienzio; 3.º — En esta tarde gris — tango de Marianito Mores.

18.45 — Programa com Benigno de Carvalho — Acomp. Regional. 1.º — Um namoro no sertão — Embolada de Benigno de Carvalho; 2.º — Bicho bom p'ra embolar — Embolada de Benigno de Carvalho; 3.º — Mué moderna — Embolada de Manezinho Araújo.

19.00 — Noticiário Internacional.

19.05 — Inglês pelo rádio — Retransmissão da BBC de Londres.

19.15 — Programa com gravações (complemento).

19.20 — Boletim esportivo.

19.30 — Retransmissão

do noticiário radiofônico do T. N. I

20.00 — Programa com Rubens Pessoa — Acomp. Violões. 1.º — Brejeira — valsa canção de Santos Meira; 2.º — Sorrisos — valsa de Paulo Medeiros; 3.º — Turbilhão de abelhas — valsa de Osvaldo Santiago.

20.15 — Programa com Nelie de Almeida — Acomp. Regional. 1.º — Duas negativas — samba de Nasara e Frazão; 2.º — Não tenho juízo — samba de Herivelto Martins; 3.º — Condições de paz — samba de Jaime Florence.

20.30 — Programa com a Jazz Tabajara — Direção de Nozinho. 1.º — Dos be-sitos nena — fox de Carlos de Palma e Felix Villa; 2.º — Uma promessa que eu fiz — samba de J. Carvalho. Arr. de S. Araújo; 3.º — Take it easy — Swing de Jimmy Mac Hugh.

21.00 — Jornal Internacional da Fábrica Sannhaú.

21.07 — Programa com gravações (complemento)

21.15 — Comentário de dia — Retransmissão de EBC de Londres.

21.30 — Jornal Oficial do Estado — Divulgação do Departamento de Publicidade.

21.35 — Programa com a Orquestra de Salão — Direção de Paulino Galvão.

1.º — Suite de valsas — pout-porri de John Strass;

2.º — No Rio sumida numa noite de verão — melodia de Yoshitomo; 3.º — Sonhos de primavera — valsa de Henri Mabill;

22.00 — Programa com José Dias — Acomp. Regional. 1.º — P'ra que jurar — samba de João Pinto; 2.º — Promessa — samba de Rennée Bittencourt; 3.º — Florisbela — samba.

22.15 — Programa com Milton Dantas em solos de violão. 1.º — Em outros tempos — fox do solista; 2.º — Solidão — tango de João Pernambuco; 3.º — Dengoso — choro de João Pernambuco.

22.30 — Boa noite — Característica.

Locutores: Carmelo Santos Coelho, Magna Araújo e Haiton Santos

SECRETARIA DAS FINANÇAS

EXPEDIENTE DO SECRE. outubro de 1944. indefe-

TÁRIO DO DIA 13: rido.

Petições: N.º 6027, de Manuel Agostinho Furtado. — Aguar-

N.º 3160, de Crisanto H. de Almeida. — Defe- rido. de a revisão do cadastro territorial.

N.º 6934, de Maria Adah Lins de Albuquerque. — Indeferido.

N.º 9374, da Viuva Augusto Vieira de Albuquerque, Mélo. — Em face do N.º 6824, de José La-

que dispõe o art. 19 do de- vor de Medeiros. — Defe- creto-lei n.º 617, de 30 de rido.

DEPARTAMENTO DA FAZENDA

DEMONSTRAÇÃO DA RECEITA E DESPESA NO DIA 9 DO CORRENTE MES

RECEITA		
Saldo Anterior	424.698,40	
Imprensa Oficial — Renda do dia 8	120,00	
Colet. Est. de Ingá — P/c. arr. mês		
julho	34.000,00	
Jose Arruda Escolástico — Renda		
industrial	10,00	
Douglas Gonçalves Mororó — Idem	10,00	
Freixa Espinola dos Santos — Idem	10,00	
Jessimo Franklin de Alencar — Idem	10,00	
José Cavalcanti Chaves — Saldo de		
adiantamento	1.426,00	
O mesmo — Idem	182,80	
Jose da Costa Medeiros — Idem	157,80	
Jose Artur da Silva — Idem	0,80	
Jose Gomes da Silveira — Idem	529,50	
O mesmo — Idem	36,70	
Jose Pereira de Araújo — Idem	80,00	
Ana Virginia dos Santos — Renda		
patrimonial	10,00	
Alza Areia de Macêdo — Idem	50,00	
Ana Virginia dos Santos — Idem	10,00	
Dr Manoel Idelfonso de O. Azevedo		
— Idem	6,20	
O mesmo — Idem	18,40	
TOTAL	461.278,60	

DESPESA		
321—Eletro Importadora Ltda. —	17.458,00	
Conta		
479—J. Eduardo de Holanda —	4.250,00	
Conta		
3730—João Batista de Amorim —	3.204,00	
Conta	480,00	
449—O mesmo — Conta	2.662,00	
490—E. Leão — Conta		
5780—Emidio Mousinho & Cia. —	1.047,00	
Conta		
800—Carlos Guimarães & Cia. —	1.754,00	
Conta	189,00	
3601—Os mesmos — Conta	1.569,50	
3777—F. Cahino & Irmão — Conta	1.626,00	
3445—Pedro Eugênio — Conta		
3750—Jose Silverio de Oliveira —	1.360,00	
Conta		
3745—Monteiro, Brito & Cia. —	472,00	
Conta		
3777—Os mesmos — Conta	530,00	
3524—Os mesmos — Conta	485,00	
3800—Os mesmos — Conta	505,00	
3752—Os mesmos — Conta	830,00	
3745—Os mesmos — Conta	750,00	
3745—Os mesmos — Conta	993,00	
3626—Clonina "Getulio Vargas" —		
(Adnilson Leite Gomes) — Fo-		
lha de pagamento	1.260,00	
3794—Departamento de Saude — Idem	304,10	
3794—Maria Cella Rique — Idem	393,90	
3824—Wallfredo Duarte da Silva —		

(Dep. Saude) — Adiantamento	700,00	
3820—Cleodon da Silva Costa — Dep. Est. de Estatística) —		
Idem	828,80	
3734—José Cavalcanti Chaves — Desp. realizadas	1.949,70	
3797—João de Almeida Albuquerque — Idem	9.550,00	
3509—Manoel Aristeu P. de Mendonça — Desp. realizadas	151,90	
3665—Gaspar Binter — Idem	937,10	
3800—O mesmo — Idem	350,00	
3801—O mesmo — Idem	400,00	
3700—O mesmo — Idem	80,00	
3698—O mesmo — Idem	140,00	
3723—José Gomes da Silveira — Idem	105,00	
3740—O mesmo — Idem	2.800,00	
3819—José Abrantes Sarmiento e Adal- berto Silva — Diárias	290,00	
3061—Maria Eunice Lins Falcão — Idem	123,00	
3825—Aero Club da Paraíba — (José Ernani Stoppa Lima) — Au- xílio	30.000,00	
3778—Ernani Pinto de Carvalho — Ajuda de custo	420,00	
3796—Diversos Funcionários da Sec. da Interventoria — (Mercês Lei- te) — Gratificação	9.120,00	100.704,00
Saldo Balanceado	360.572,60	
TOTAL	Cr\$ 461.276,60	

Tesouraria Geral do Departamento da Fazenda, em 9 de agosto de 1946.

INACIO GOUVEIA — Resp. pela Tes.^a Geral.
J. FLORENTINO JUNIOR — Diretor Geral.

DEMONSTRAÇÃO DA RECEITA E DESPESA NO DIA 10 DO CORRENTE MES

RECEITA

Saldo Balanceado	360.572,60	
Recebedoria de J. Pessoa — P.c. arr. dia 8	28.300,00	
Recebedoria de J. Pessoa — P.c. arr. dia 9	77.300,00	
Massilon Brasil — Renda industrial	10,00	
Maria Carolina Soares Cousseiro — Idem	10,00	
João Luiz dos Passos — Idem	10,00	
Socção Fomento Agrícola — Idem ..	599,30	
Antonio José de Sousa — Renda patrimonial	50,00	
Ienistocles Fonseca Moraes — Saldo de adiantamento	1.385,90	
Diversos Funcionários — Guia desc. abono n.º 49	4.142,60	
Francisco Carvalho — Rest. de salários	300,00	112.107,80
TOTAL	Cr\$ 472.580,40	

DESPESA

3734 — Diversos Funcionários — Abo- no n.º 49	80.823,80	
3835 — Montepio do Estado — Desc. abono n.º 49	3.445,70	
3754 — Grandes Moinhos do Brasil S.A.; — Conta	1.639,00	
3837 — Antonio Gama — Conta ..	780,00	
3798 — João Pontes — Conta ..	1.787,50	
3820 — G. Petrucci & Cia. — Conta	10.750,00	
3738 — José de Almeida Fernandes — Desp. realizadas	110,00	
3844 — Dr. Everaldo Soares — Idem	3.087,50	
3838 — João Tirso Cantalice — Diá- rias	500,00	
3831 — Simeão Freire de Araújo — Idem	500,00	
3810 — Pedro Jorge de Carvalho — Idem	500,00	

3841 — Francisco de Alencar Neves	500,00	104.423,50
— Idem		
Saldo Balanceado		368.256,90
TOTAL	Cr\$ 472.580,40	
Tesouraria Geral do Departamento da Fazenda, em 10 de agosto de 1946.		
Inácio Gouveia — Resp. pela Tesouraria Geral.		
Gentil Fernandes — Tesoureiro.		

DEMONSTRAÇÃO DA RECEITA E DESPESA NO DIA 12 DO CORRENTE MES

Saldo Anterior	368.256,90	
Recebedoria de J. Pessoa — P.c. arr. dia 10	17.800,00	
Det. Est. de Santa Rita — P.c. arr. de julho	9.091,60	
Det. Est. de Caiçara — Idem	31.029,10	
Delegacia de Transito e Vigilancia — Taxa Serv. de Transito	1.390,10	
Imprensa Oficial — Renda do dia 10	120,00	
João de Souza Coutinho — Saldo de adiantamento	7,00	
O mesmo — Idem	131,30	
O mesmo — Idem	0,80	
O mesmo — Idem	5,00	
Benando Costa — Renda imobiliária mesmo — Idem	6,00	
Maria Trocoli Crudo — Idem	12,00	
A mesma — Idem	5,20	
Dr. José Mousinho — Idem	2,60	
O mesmo — Idem	2,00	
O mesmo — Idem	2,00	
O mesmo — Idem	6,00	
O mesmo — Idem	6,00	
Dr. José Mousinho e Dorgival Mororo — Idem	28,80	
Os mesmos — Idem	9,00	
Os mesmos — Idem	3,90	
Os mesmos — Idem	3,00	
Maria C. Mousinho — Idem	2,30	
A mesma — Idem	9,20	
Prefeitura Municipal de João Pessoa — Contribuição de 10% p. Insti. Publica	25.503,80	85.179,10
TOTAL	Cr\$ 453.433,00	

DESPESA

3752 — Dias Galvão & Cia. — Conta	1.954,00	
3822 — Severino Vieira de Melo — Conta	11.550,00	
3791 — O mesmo — Conta	5.625,00	
3855 — J. Mesquita Filho — Conta	25.217,60	
3867 — Eitel Santiago — Conta	5.800,00	
3846 — José Soares de Santana — (Sec. da Interventoria) — Adiantamento	800,00	
3844 — José Cavalcanti Chaves — (Sec. da Agricultura) — Idem	1.757,90	
3843 — O mesmo — Idem — Idem ..	420,00	
3696 — Irene Ribeiro de Moraes — (Sec. Educação e Saude) — Idem	5.000,00	
3845 — Arnaldo de Párrcs Moreira — (Dep. de Educação) — Idem	7.550,00	
3832 — Uraulino José Ferreira — Desp. realizadas	294,30	
3850 — Inácio Gouveia — Idem ..	500,00	
3851 — Hermenegildo de Almeida — Idem	1.628,60	
3844 — Luiz Andrade — Diárias ..	390,00	
3831 — Prefeitura Municipal de João Pessoa — 50% do imp. sin- dustria e profissão	137.051,70	
3831 — Jandira de Oliveira Pinto — (B. Brasil) — Ajuda de custo	1.800,00	207.339,10
Saldo Balanceado	246.096,90	
TOTAL	Cr\$ 453.436,00	
Tesouraria Geral do Departamento da Fazenda, em 12 de agosto de 1946		
INACIO GOUVEIA — Resp. pela Tes. ^a Geral.		
Visto: ANISIO BORGES — Pelo Diretor Geral.		

DEPARTAMENTO DA FAZENDA

ARRECAÇÃO EFETUADA PELAS REPARTIÇÕES FISCAIS NO 1.º SEMESTRE DO EXERCÍCIO DE 1946

REPARTIÇÕES	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	TOTAL
RECEBEDORIAS							
1 — João Pessoa	886.311,00	945.851,90	884.632,30	1.016.252,90	962.153,80	846.285,20	5.541.487,10
2 — Campina Grande	1.772.100,10	2.378.757,30	2.401.966,10	1.530.474,00	1.612.344,70	1.741.932,40	11.437.574,60
COLETORIAS							
1.ª Classe							
1 — Areia	101.365,00	114.854,60	92.344,10	69.633,70	70.816,50	110.781,00	559.794,90
2 — Cajazeiras	94.994,40	73.347,50	72.444,00	59.617,20	59.398,20	94.130,20	453.931,50
3 — Guarabira	188.555,30	157.750,00	141.006,90	132.726,00	225.377,80	159.667,30	1.005.083,30
4 — Mamanguape	175.284,80	131.879,10	83.740,90	74.421,90	71.554,60	147.963,70	684.845,00
5 — Patos	185.439,50	111.653,10	94.168,80	127.639,20	113.051,50	155.385,80	787.337,90
6 — Sabugá	76.223,60	51.462,80	38.247,20	39.672,90	21.647,80	49.938,00	277.192,30
7 — Santa Rita	135.393,20	73.912,60	187.626,30	107.727,20	136.131,40	106.860,30	747.651,00
8 — Sapé	123.998,10	110.820,70	104.331,50	117.856,10	234.292,80	114.178,20	805.477,40
9 — Souza	170.911,40	101.366,10	117.849,90	88.548,00	86.127,70	177.172,30	741.975,40
10 — Taboata	115.229,30	106.162,00	98.008,80	96.823,40	106.272,90	154.001,40	676.497,80
2.ª Classe							
1 — Alagôa Grande	48.045,40	36.199,70	42.380,20	56.525,80	32.837,70	84.308,40	300.297,20
2 — Alagôa Nova	28.950,90	24.884,70	19.919,60	21.968,10	17.665,00	51.737,80	165.126,10
3 — Antenor Navarro	32.977,50	28.046,20	63.826,00	33.927,00	28.410,50	30.388,50	217.575,70
4 — Bananeiras	78.570,80	81.705,00	40.962,40	42.720,30	45.283,60	61.802,40	351.044,50
5 — Caiçara	77.656,00	63.218,90	56.564,90	53.477,90	39.346,60	51.660,20	341.894,50
6 — Catolé do Rocha	55.787,20	44.629,90	52.577,30	56.278,50	49.651,00	54.133,60	313.057,50
7 — Esperança	59.458,60	53.341,10	43.379,60	41.524,00	33.419,70	59.281,60	330.404,60
8 — Ingá	64.937,70	46.812,30	32.887,90	65.088,80	31.966,10	52.225,10	293.917,90
9 — Misericórdia	34.179,40	24.918,70	70.033,80	34.069,60	35.295,60	53.717,00	198.021,30
10 — Monteiro	86.135,60	78.097,00	30.668,70	37.180,80	89.885,30	33.132,90	415.049,50
11 — Pão de Açúcar	51.984,00	30.934,30	34.304,70	27.156,90	36.347,40	41.622,10	213.860,20
12 — Picuí	44.760,40	40.949,20	28.235,20	23.516,70	23.434,90	101.897,40	202.518,50
13 — Pilar	55.115,20	66.409,90	56.130,90	38.827,80	45.023,30	91.208,10	363.404,50
14 — Pombal	97.080,70	49.266,80	82.633,10	87.191,90	16.007,00	33.967,30	477.071,60
15 — Princesa Isabel	37.386,70	27.752,40	22.743,40	29.485,20	15.165,60	41.695,00	198.476,00
16 — Umbuzeiro	38.245,50	50.689,50	31.084,10	21.596,30			
3.ª Classe							
1 — Araruna	55.118,80	27.131,90	20.493,30	22.575,40	19.468,20	34.131,30	178.918,90
2 — Batalhão	38.339,10	20.417,80	19.173,30	15.016,90	11.016,10	19.775,70	123.738,90
3 — Brejo do Cruz	46.201,30	23.212,70	25.475,50	48.602,40	35.904,80	40.262,70	219.659,40
4 — Cabaceiras	25.872,60	21.092,50	22.937,00	14.720,10	14.151,80	13.020,40	111.794,40
5 — Conceição	9.013,50	9.181,80	11.042,30	14.667,60	15.745,50	20.296,00	153.988,10
6 — Cuité	38.928,80	32.366,50	26.217,60	19.433,70	14.974,90	24.304,30	146.121,50
7 — Ibiapopolis	43.370,20	28.201,60	21.642,40	13.628,10	25.118,70	37.575,80	168.754,40
8 — Igará	39.129,20	27.174,70	24.138,50	20.668,00	26.197,60	30.782,60	166.489,20
9 — Itapicuma	25.366,80	35.845,70	36.360,50	18.048,50	26.045,60	30.848,80	193.559,30
10 — S. João do Cariri	45.262,90	26.345,00	18.048,50	18.048,50	12.000,00	20.000,00	127.000,00
11 — Seriana	26.345,00	16.901,10	15.225,10	12.879,70	8.482,20	13.216,60	101.741,70
12 — Teixeira	35.037,00						
TOTAL	5.345.062,50	5.396.529,50	5.289.527,60	4.379.702,80	4.535.075,90	5.098.805,30	30.044.703,60

PROCURADORIA DO DOMINIO DO ESTADO**AVISO**

De ordem do sr. dr. Procurador do Dominio do Estado, ficam convidados os foreiros de Terrenos do Estado abaixo discriminados, a comparecer com a necessária urgencia á sede da Procuradoria, sita no 3.º andar do prédio da Secretaria das Finanças, á rua Gama e Melo, nesta Capital.

Srs. Miguel Freire, Gilberto Freire, Eliseu Campos, João da Costa Cabral, Severina de Araujo, Braz Masaglia, Alice Ferreira Rufo, Alfredo Ataíde, Maria Amélia C. de Avelar, Cicero Sabino dos Santos, Secundino Toscano de Brito, José Francisco de Moura e Silva, Joaquim Moreira Lima, Eduardo, Cicera F. de Araujo e Maria Ferreira, Diana, Maria das Neves e João Vasconcelos, Marcolino de Freitas, Inês Maria da Conceição, João Gomes Carneiro Irmão, Luiza Melania Rodrigues, Firmão Caetano Alves de Lima, José Matias de Oliveira, José Marinho da Silva, Maria A. Cavalcanti Barbosa, José Pereira de Almeida, Hemeterio Cisneiro, Dimas, Divaldo, Dinalva, Diana, Ascendino e Maria Luiza, Antonio Bezerra Facote, Maria Umbelina de Mendon-

ça, Euclides dos Santos Leal, Emilia Marques Correia de Azevedo, Ivony Mendonça, Orestes de Almeida e Albuquerque, Severino Rodrigues Correia, Ovidio L. de Mendonça, União Beneficente de Operários e Trabalhadores, Paulo Miranda, Jocelino Mõla, dr. Manuel Idelfonso de O Azevedo, Vital Ferreira da Nóbrega, José Gomes da Silveira, Antonio Silverio, Carlos Picorelli, Maria Trocoli Crudo, João Dutra de Andrade, Ascendino Azevedo, Antonio Cimaço Ximenes, Gastão Nunes Vieira, Gercina de Araujo Rocha, Floriano Pacifico Alves, Geracina Querubina da Silva, Guilhermina Maria da Conceição, Antonio C. Souza Santos, Severina Silva, Maria da Conceição Diniz, Pedro Gonçalves Burity, João Francisco Alves, David Chapiro, Maria Eudocia de Brito Jurema e Maria Elvira de Brito Jurema, Odilon Candido da Silva, Diogenes Gomes da Silva.

Procuradoria do Dominio do Estado, 8 de agosto de 1946.

Neusa Machado do Amaral — Arquivista.

Mario Antonio da Gama e Melo — Procurador do Dominio.

noturna, de São Mamede. do municipio de Santa Luzia do Sabugi.

EXPEDIENTE DO DIRETOR DO DIA 13:**Portarias**

O Diretor do Departamento de Educação, no uso das atribuições que a lei lhe confere, resolve designar Elisabete Cordeiro de Araujo, professora recentemente nomeada, classe B, para prestar serviços no Grupo Escolar "Padre Ibiapina", da cidade de Taboana.

O Diretor do Departamento de Educação, usando das atribuições que a lei lhe confere, resolve designar Rosemira Borges da Cunha, professora recentemente nomeada, classe B, para prestar serviços no Grupo Escolar "D. Santino Coutinho", da vila de Pilões, do municipio de Serararia.

O Diretor do Departamento de Educação, usando das atribuições que a lei lhe confere, resolve designar Maria Neri Cabral, professora recentemente contratada, para prestar serviços na escola elementar mista de São Mamede, do municipio de Santa Luzia do Sabugi.

O Diretor do Departamento de Educação, no uso das atribuições que a lei lhe confere, resolve designar Maria de Lourdes Santos, professora recentemente contratada, para prestar serviços na escola primária mista de Serra Branca, do municipio de S. Luzia do Sabugi.

O Diretor do Departamento de Educação, usando das atribuições que a lei lhe confere, resolve designar Josefa Xavier de Amorim, professora recentemente contratada, para prestar serviços na escola elementar mista de São Mamede, do municipio de Santa Luzia do Sabugi.

O Diretor do Departamento de Educação, no uso das atribuições que a lei lhe confere, resolve designar Maria Dulce de Medeiros, professora recentemente contratada, para prestar serviços na escola primária mista de Varzea Alegre, do municipio de Santa Luzia do Sabugi.

O Diretor do Departamen-

to de Educação, usando das atribuições que a lei lhe confere, resolve designar Jacira Gomes da Nóbrega, professora recentemente contratada, para prestar serviços na escola elementar mista de São Mamede, do municipio de Santa Luzia do Sabugi.

O Diretor do Departamento de Educação, usando das atribuições que a lei lhe confere, resolve designar Margarida Batista de Medeiros, professora recentemente contratada, para prestar serviços na escola primária mista de Lapa, do municipio de Santa Luzia do Sabugi.

O Diretor do Departamento de Educação, usando das atribuições que a lei lhe confere, resolve designar Maria de Medeiros Batista, professora recentemente contratada, para prestar serviços na escola rudimentar mista de Capoan, do municipio de Santa Luzia do Sabugi.

O Diretor do Departamento de Educação, usando das atribuições que a lei lhe confere, resolve designar Eunice Davis da Nóbrega, professora recentemente contratada, para prestar serviços na escola rudimentar mista de Riacho da Serra, do municipio de Santa Luzia do Sabugi.

O Diretor do Departamento de Educação, usando das atribuições que a lei lhe confere, resolve designar Severina Lucena de Araujo, professora recentemente contratada, para prestar serviços na escola rudimentar mista de Santa Helena, do municipio de Santa Luzia do Sabugi.

O Diretor do Departamento de Educação, no uso das atribuições que a lei lhe confere, resolve designar Maria Olindina de Medeiros, professora recentemente contratada, para prestar serviços na escola rudimentar mista de Maracajá, do municipio de Santa Luzia do Sabugi.

O Diretor do Departamento de Educação, no uso das atribuições que a lei lhe confere, resolve designar Edi Medeiros da Nóbrega, professora recentemente contratada, para prestar serviços no Grupo Escolar "Coelho Lisboa",

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E SAÚDE**EXPEDIENTE DO SECRETARIO DO DIA 13:****Portaria**

O Secretário de Educação e Saúde, usando das atribuições que lhe são facultadas por lei, resolve determinar que Maria de Lourdes de Freitas Feitosa,

ocupante do cargo da classe B, da carreira de professor, do Quadro Unico do Estado, lotado no Departamento de Educação, passe a ter exercicio no Serviço de Administração desta Secretaria, até ulterior deliberação.

DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO**EXPEDIENTE DO DIRETOR DO DIA 12:****Portarias**

O Diretor do Departamento de Educação, usando das atribuições que a lei lhe confere, resolve designar Maria do Céu Brito, professora recentemente nomeada, classe B, para prestar serviços na escola elementar feminina "Ana Higina", desta Capital.

O Diretor do Departamento de Educação, usando das atribuições que a lei

lhe confere, resolve designar Joana Petronila da Nóbrega, professora recentemente contratada, para prestar serviços na escola primária mista de Riacho do Meio, do municipio de Santa Luzia do Sabugi.

O Diretor do Departamento de Educação, usando das atribuições que a lei lhe confere, resolve designar Virginia Fernandes, professora recentemente contratada, para prestar serviços na escola rudimentar

da cidade de Santa Luzia do Sabugi.

O Diretor do Departamento de Educação, no uso das atribuições que a lei lhe confere, resolve designar Maria Dulce da Costa, professora recentemente contratada, para prestar serviços na escola primária mista de Papagaio, do município de Santa Luzia do Sabugi.

O Diretor do Departamento de Educação, devidamente autorizado pelo Exmo. Senhor Interventor Federal, resolve admitir Sebastiana Costa, como porteiro-servente, das Escolas Reunidas da cidade de Ibiapinópolis, com a diária de Cr\$ 10,80 por dia de serviço efetivamente prestado.

O Diretor do Departamento de Educação, devidamente autorizado pelo Exmo. Senhor Interventor Federal, resolve admitir Severino Florentino Machado, como porteiro-servente do Grupo Escolar "Pedro Americo", da vila de Cabedelo, do município de João Pessoa, com a diária de Cr\$ 10,80 por dia de serviço efetivamente prestado.

O Diretor do Departamento de Educação, no uso das atribuições que a lei lhe confere, resolve designar Josefa Nair Tavares, professora recentemente nomeada, classe B, para prestar serviços no Grupo Escolar "Abel da Silva", da cidade de Ingá.

O Diretor do Departamento de Educação, usando das atribuições que a lei lhe confere, resolve designar Maria Nóbrega Barbosa, Inspectora de Alunos, recentemente contratada, para prestar serviços no Grupo Escolar "João Ursulino", da cidade de Santa Rita.

O Diretor do Departamento de Educação, usando das atribuições que a lei lhe confere, resolve designar Maria das Dores Souza, professora contratada, servindo na escola primária

mista de Torrões, para ter exercício na escola de igual categoria de Riacho Escuro, ambas do município de Patamauro.

O Diretor do Departamento de Educação, usando das atribuições que a lei lhe confere, resolve designar Inácia Colaço, inspetora de alunos, recentemente contratada, para prestar serviços no Grupo Escolar "Professor Cardoso", da cidade de Alagôa Nova.

O Diretor do Departamento de Educação, usando das atribuições que a lei lhe confere, resolve designar Maria José Neves, professora recentemente contratada, para prestar serviços no Grupo Escolar "Antenor Navarro", da cidade de Guarabira.

O Diretor do Departamento de Educação, usando das atribuições que a lei lhe confere, resolve designar Anátide Lustosa Cabral, professora recentemente nomeada, classe B, para prestar serviços no Grupo Escolar "Rio Branco", da cidade de Patos.

O Diretor do Departamento de Educação, usando das atribuições que a lei lhe confere, resolve designar Ercy de Freitas Lins, professora recentemente nomeada, classe B, para prestar serviços na Escola de Aplicação, desta Capital.

O Diretor do Departamento de Educação, usando das atribuições que a lei lhe confere, resolve designar Antonia Andriola, professora recentemente nomeada, classe B, para prestar serviços na escola rudimentar mista "Simeão Leal", da cidade de Cajazeiras.

O Diretor do Departamento de Educação, usando das atribuições que a lei lhe confere, resolve designar Josefa Ricarte de Lacerda, professora recentemente nomeada, classe B, para prestar serviços na escola rudimentar mista "Simeão Leal", da cidade de Cajazeiras.

DEPARTAMENTO DE SAÚDE

EXPEDIENTE DO DIRETOR GERAL DO DIA 12:

Portaria:

O Diretor Geral do Departamento de Saúde, no uso de suas atribuições, re-

solve designar o Sr. João das Monteiros, Guarda Sanitário contratado, para prestar serviços no Serviço de Epidemiologia, do Centro de Saúde, até ulterior deliberação.

SECRETARIA DA AGRICULTURA, VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

EXPEDIENTE DO SECRETARIO DO DIA 12:

Processo SAVOP-2521/46

Proposta da Autovia "Cruzeiro do Sul S. A.", sobre a compra de 1 motor "International", existente nas Oficinas Mecânicas de Bayeux. Despacho: — Deferido, nos termos da informação e pareceres.

Portarias:

O Secretario da Agricultura, Viação e Obras Públicas, no uso das suas atribuições e ten-

do em vista o que consta do processo SA-2 620/46, resolve suspender, pelo prazo de 30 (trinta) dias, o auxiliar de campo — Sebastião Angelo da Costa, com exercício na Granja "General Souza Dantas", do Departamento da Produção.

O Secretário da Agricultura, Viação e Obras Públicas, no uso das suas atribuições, resolve designar Iracema Lira, extranumerário contratado, com exercício no Serviço de Assistência Social, recentemente posta à disposição desta Secretaria, para prestar serviços neste Gabinete, até ulterior deliberação.

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM

EXPEDIENTE DO DIRETOR GERAL DO DIA 12:

Portarias:

O Diretor Geral do Departamento de Estradas de Rodagem, no uso de suas atribuições, resolve designar o Oficial Administrativo classe "J", do Quadro Único do Estado, Byron Brayner Nunes da Silva, para desempenhar neste Departamento as funções de Chefe do Serviço de Administração.

O Diretor Geral do Departamento de Estradas de Rodagem, no uso de suas atribuições, resolve designar o Geógrafo Padrão "H", do Quadro Único do Estado, Gorgonio da Nóbrega Filho, para desempenhar neste Departamento as funções de Chefe da Seção de Estudos e Projetos.

O Diretor Geral do Depar-

tamento de Estradas de Rodagem, no uso de suas atribuições, resolve designar o extranumerário mensalista Ruy Neves, Auxiliar de Escrita, Referência VII, para desempenhar neste Departamento as funções de Chefe da Seção de Expediente e Arquivo.

O Diretor Geral do Departamento de Estradas de Rodagem, no uso de suas atribuições, resolve designar o extranumerário mensalista, Luiz Porfírio de Brito, Auxiliar de Escrita Referência VI, para desempenhar neste Departamento as funções de Pagador.

O Diretor Geral do Departamento de Estradas de Rodagem, no uso de suas atribuições, resolve designar o contínuo classe "C", do Quadro Único do Estado, Vicente Dias Spinelli, para desempenhar neste Departamento as funções de Porteiro.

AVISO

Tendo este Departamento de se proceder o respectivo registro dos mesmos.

Departamento de Estradas de Rodagem do Estado da Paraíba, em João Pessoa, 12 de agosto de 1946.

Byron Brayner — Chefe do S. A.

MONTEPIO DO ESTADO DA PARAÍBA

BOLETIM DE RECEITA E DESPESA DO DIA 9 DE AGOSTO DE 1946

RECEITA:

Receita Ordinária:		
Prêmios de Seguros	235,00	235,00
Receita Patrimonial:		
Juros de Empres. Rápidos	64,30	299,30

Receita Extraorçamentaria			
Bancos e Correspondentes	5.000,00		
Empréstimos Rápidos	400,00		
Empréstimos a Longo Prazo	323,00		
Vendas de Terrenos a Prazo	39,60		
Dep. de segurados p/c de Casas	168,30	5.930,90	
Soma da receita do dia		6.230,20	
Saldo do dia 8,		8.253,30	
		14.883,50	
Saldo nos Bancos		65.564,80	
TOTAL Cr\$		80.051,30	

DESPESA:

Despesa Administrativa:			
BENEFÍCIOS			
Pensões por Morte	1.795,80	1.795,80	

Despesa Extraorçamentaria:			
Empréstimos Rápidos	2.600,00		
Casas em Construção	450,00	3.050,00	
Soma da despesa do dia		4.845,80	
Saldo para o dia 10, em caixa		9.610,70	
		14.486,50	
Saldo nos Bancos		65.564,80	
TOTAL Cr\$		80.051,30	

Montepio do Estado da Paraíba, em 9 de agosto de 1946.

VICENTE LOMBARDI, Tesoureiro.

Visto: — VIRGILIO CORDEIRO, Presidente

Confere: NAPOLEAO CRISPIM — Contador.

DIÁRIO DOS MUNICIPIOS

PREFEITURA DE JOÃO PESSOA

MAPA DE TEMPO DE SERVIÇO

CLASSIFICAÇÃO, POR ORDEM DE ANTIGUIDADE, DOS FUNCIONARIOS INTEGRANTES DA CARREIRA DE CONTABILISTA DO QUADRO EFETIVO DESTA MUNICIPIO

Ordem de classificação por antiguidade	CLASSE E NOME DO FUNCIONARIO	TEMPO DE SERVIÇO E DESCONTOS			
		Tempo de serviço na classe (bruto)	Descontos	Tempo de serviço na classe (líquido)	O que tiver maior tempo de serviço na Prefeitura
		DIAS	DIAS	DIAS	DIAS
CLASSE "G"					
1	Manoel Luiz de Figuei- rêdo	287	—	287	2.781
2	Nestor Pinto de Figuei- rêdo	286	—	286	3.073
CLASSE "H"					
1	José Soares da Costa . .	287	—	287	3.919
CLASSE "I"					
1	Miguel Monte de Mene- ses	286	—	286	2.296
CLASSE "J"					
1	Adolfo de Miranda Lou- reiro	287	—	287	2.417
2	Sebastião Castelo Bran- co da Silva	256	—	256	4.729

Os interessados têm o prazo de 3 dias para reclamações.
Divisão do Pessoal, em 13 de agosto de 1946.

MIGUEL MENESES — Chefe da Divisão.

Visto: GENESIO GAMBARRA FILHO — Secretário Geral.

DEMONSTRAÇÃO DA RECEITA E DESPESA DO DIA 10 DE AGOSTO DE 1946

RECEITA:

Saldo do dia 9	67.142,20
Receita do dia 10	4.357,90
TOTAL Cr\$	71.500,10

DESPESA:

Pensão a Sebastião Rodrigues de Sousa,

por conta do contrato da abertura de uma cacimba, na Vila Vicentina, bairro de Santa Julia	250,00	
Idem, a Isaias dos Santos, sua conta proveniente do assentamento de meio fio	158,00	
Idem, a folha dos operários em geral, que durante o período de 31 de julho último a 8 do mês corrente, trabalharam nos diversos serviços d'Prefeitura	18.544,70	
Idem, a Maria do Carmo Moura, indenização de uma faixa de terreno cedido a Prefeitura, na frente da casa n.º 361, à rua 4 de Novembro	204,00	
Idem ao Montepio do Estado da Paraíba, contribuições do pessoal efetivo, extranumerários mensais, funcionários aposentados, referentes ao mês de julho findo	30.053,80	
Idem, a Antonio Miranda e a mais 13 operários, que trabalharam no serviço de quebramento de pedras	390,00	
Idem, ao cabo Euclides Ferreira Campos, auxílio para custeio de refeições aos soldados que compõem a escolta que vigia os detentos a serviço d' Prefeitura	125,00	
Idem, folha dos operários invalidos desta Prefeitura referente ao período de 5 a 11 do corrente	137,00	
Idem a Sergio Barbosa dos Santos, por conta da construção de carneiros no Cemitério publico	500,00	
Idem, folha de salário família aos funcionários desta Edilidade, referente ao mês de julho findo	5.240,00	55.802,50
Saldo Balanceado		15.897,60
TOTAL Cr\$		71.500,10

DEMONSTRAÇÃO DO SALDO:

Em Depósitos de Diversas Origens	6.540,10
Trabalho de Instituições Previdencia Social	8.814,10
Saldo Disponível	543,40
	15.897,60

Tesouraria da Prefeitura Municipal de João Pessoa, em 10 de agosto de 1946.

GENTIL FERNANDES — Tesoureiro.

Visto: GENESIO GAMBARRA FILHO — Secretário.

DEMONSTRAÇÃO DA RECEITA E DESPESA DO DIA 12 DE AGOSTO DE 1946

RECEITA:

Saldo do dia 10	15.897,60
Receita do dia 12	9.155,60

idem proveniente do imposto de Industria e Profissão	137.051,70	146.207,30
TOTAL	Cr\$	162.174,90

DESPESA:

ag. a Luiz de Almeida Cunha, adi- antamento para ocorrer às des- pesas com o sepultamento de in- digente	100,00
idem, ao professor Sebastião Candido Costa, despesas com o transpor- te de atletas desta cidade ao município de Guarabira, onde foi recebido o Pego Simbolico ..	190,00
idem, a Roldão Guedes Alcorado, Ofi- cial do Registro Civil da Vila de Alhandra, auxilio referente ao mês de julho	100,00
idem, a H. Bezerra & Cia., conta proveniente do seu fornecimen- to de material de expediente ..	230,00
idem, a Célida de Carvalho, auxilio concedido em beneficio de um festival do Orfanato D. Ulrico ..	100,00
idem, ao Estado da Paraíba, contri- buição a favor da Instrução Pu- blica, referente ao mês de julho ..	25.505,80
idem, ao Banco do Estado da Paraí- ba S/A para amortização do em-	

préstimo destinado ao financia- mento das obras do Mercado Publico desta Capital	25.000,00
idem, ao mesmo Banco, por conta de juros relativos ao 1.º semes- tre deste exercício sobre a C/C garantida destinado ao finan- ciamento das obras do referido Mercado	10.000,00
	61.225,80
BANCO DO ESTADO DA PARAIBA S/A — Importancia depositada nesta data	60.000,00
	121.225,80
Saldo Balanceado	40.879,10
TOTAL	Cr\$
	162.104,90

DEMONSTRAÇÃO DO SALDO:

Em Depósitos de Diversas Origens ..	6.540,10
a favor de Instituições Previdencia Social	8.814,10
Saldo Disponível	25.524,90
	40.879,10

Tesouraria da Prefeitura Municipal de João Pessoa, em
12 de agosto de 1946.
GENTIL FERNANDES — Tesoureiro.
Visto: GENESIO GAMBARRA FILHO — Secretário.

DIÁRIO DA JUSTIÇA

TRIBUNAL DE APELAÇÃO

GABINETE DA PRESIDÊNCIA:

Movimento do dia 13 de Agosto de 1946:

I — Em visita de cortezia ao exmo. des. Presidente do Tribunal de Apelação, esteve no gabinete de sua excia. o dr. Lucas Vilar de Suassuna, Juiz de Direito da Comarca de Ingá, ultimamente removido para a de Serraria.

II — Ofício do dr. Geraçao Viana, comunicando que em data de 6 do corrente assumira as funções de cargo de Diretor do Departamento de Viação e Obras Publicas, para as quais fora nomeado em comissão, por ato do sr. Interventor Federal de 4 do mesmo mês. "Agradeça-se e arquive-se".

III — Ofício do dr. Juiz de Direito da Comarca de Piancó, solicitando a esta Presidência a devolução do processo-crime existente na Secretaria deste Tribunal de Apelação, referentes ao réu Antonio Coelho, vulgo Antonio de Regina.

Atenda-se".

PRIMEIRA CAMARA

51.º — Sessão ordinária, em 13 de Agosto de 1946.

Presidência do exmo. des. Braz Baracuhy.

Secretário: Dr. Euripêdes Tavares.

Lida, foi aprovada a ata da reunião anterior.

Fôram submetidos a julgamento os seguintes recursos.

Agravo de Petição Civil n.º 862, de João Pessoa.

Relator: des. José Flóscolo.

Agravantes: Eugênio Pinto Smithe e sua mulher; agravada: Zita Dantas Pinto.

— Negou-se provimento ao recurso, unanimemente.

Apelação Civil n.º 1113, de Brejo do Cruz.

Relator: des. Severino Montenegro. Apelantes: Martiniano Moreira Dantas e sua mulher;

apelados: Francisco Ferreira Filho e sua mulher. — Adiado por ter pedido vista dos autos o exmo. des. José Flóscolo.

DISTRIBUIÇÃO INDEPENDENTE DE SORTEIO DO DIA 13/8/46

Apelação Criminal n.º 1225 de Sousa.

Relator: des. Flodoardo da Silveira. Apelante: Raimundo Vicente de Alecrim. Apelada: a Justiça Publica.

Recurso Criminal "ex-officio" n.º 543, de Campina Grande.

Relator: des. Flodoardo da Silveira. Recorrente: o juízo.

Recorrido: Francisco Miguel Ferreira.

Recurso Criminal "ex-officio" n.º 544, de Campina Grande.

Relator: des. José Flóscolo.

Recorrente: o juízo. Recorrido: Horácio Laurentino de Queiroz.

Recurso Criminal n.º 545 "ex-officio" de Brejo do Cruz.

Relator: des. Severino Montenegro. Recorrente: o juízo.

Recorrido: Cristalino Pedro da Silva.

POR SORTEIO

Agravo de Instrumento Civil n.º 863, de Mamanguape.

Relator: des. Flodoardo da Silveira. Agravantes: Severino Antonio de Sousa e s/mulher.

Agravados: Antonio Peixoto Mariano e s/mulher.

Agravo de Petição Civil "ex-officio" n.º 868, de Monteiro.

Relator: des. José Flóscolo.

Agravante: o juízo. Agravado: Leodegário Mendes.

MOVIMENTO DE AUTOS DO DIA 13 DE AGOSTO**COTA**

Apelação Civil n.º 1037A, de Catolé do Rocha. Relator: Doutor Manuel Maia.

Apelante: o Juízo; apelado: Hosane Gonçalves Maia.

"Averbo-me de suspeito des-

de que sou parente e amigo intimo do autor. Devolvo os autos á Secretaria".

REVISÃO

Apelação Civil n.º 1132, de João Pessoa. Relator: des. José Flóscolo. Apelante: Arnulfo Regis Amorim; apelado: o dr. Alcides Ferreira Baltar.

Fôram os autos á revisão do dr. Severino Montenegro.

DESPACHOS

Agravo de Petição Civil n.º 1160, de João Pessoa.

Relator: des. Severino Montenegro. Agravantes: Edson e Edmilson Tomaz de Freitas.

Agravado: Grimaldo Siqueira.

Apelação Civil n.º 11333, de Guarabira.

Relator: des. Flodoardo da Silveira. Ap. antes: Antonieta Pitano Caliche e outros; apela-

dos: Judith Moura Pitano e seus filhos menores.

Fôram os respectivos autos com vista ao dr. Proc. Geral substituto.

Petição de Delfina Rodrigues Ramalho, requerendo juntada de procuração aos autos da Ação Rescisória n.º 48, que lhe move Elias Marinho de Sousa.

"Nos autos, como requer, contando-se o prazo para a contestação da data do recebimento, na Secretaria, la carta de ordem, se vier cumprida".

ASSINATURA E PUBLICAÇÃO DE ACORDAOS

Apelação Criminal n.º 160, de Campina Grande. Relator:

des. Flodoardo da Silveira. Apelante: o 2.º Promotor Público; apelado: Simplicio Clemente de Sousa.

Apelação Criminal n.º 1167, de João Pessoa. Relator: des. Severino Montenegro. Apelantes: Genival Pereira da Silva e José Severino da Silva, vulgo "Sá Maria"; apelada: a Justiça Publica.

Apelação Cível n.º 1063, de Umbuzeiro.

Relator: des. Severino Montenegro. 1.º Apelante: José Gomes da Silva; 2.º apelante: Maria do Carmo de Andrade Silva; apelados: os mesmos.

Apelação Cível n.º 1111, de Antenor Navarro.

Relator: des. Flodoardo da Silveira. 1.º Apelante: José Damião de Abreu; 2.º apelante: José Gonçalves Braga; apelados: os mesmos.

Apelação Cível n.º 1059, de João Pessoa.

Relator: des. Flodoardo da Silveira. Apelante: o Estado da Paraíba; apelada: d. Sílvia de Moraes Leite.

Exceção de Suspeição n.º 2b, de Bonito de Santa Fé.

Relator: des. José Flóscolo. Exipiente: Hilda Cardoso de Moraes, excepto: o dr. Juiz de Direito da mesma comarca.

Fôram assinados em mesa e publicados na Secretaria, os respectivos acordãos.

DESPACHOS DA PRESIDENCIA DO DIA 13 DE AGOSTO:

Petição do dr. Manuel Maia de Vasconcelos, Juiz de Direito da 2.ª Vara, da comarca desta Capital, requerendo certidão.

"Certifique-se".

Pedido de Provisão de Soluções n.º 2, procedente de João Pessoa.

Requerente: o academico Nelson Lopes Ribeiro Lima, 4.º anista da Faculdade de Direito do Recife.

"Defiro o pedido, expedindo-se a respectiva carta de Solicitador, pagas as custas na forma da lei".

Petição de José de Miranda Henriques, requerendo certidão, de um acordão e entrega dos documentos com que instruir o pedido de "habéas corpus" n.º 306.

"Nos autos, como requer, ficando recibo".

Apelação Cível n.º 1037A, de Catolé do Rocha. Relator: Dr. Manuel Maia. Apelante: o Juiz apelado: Hosano Gonçalves Maia.

"A nova distribuição".

Recurso Extraordinário nos autos de Apelação Cível n.º 1120, de Campina Grande, em que são recorrentes Julio Costa e sua mulher e recorrido João Teles de Oliveira.

"Processe-se o recurso, de acordo com os arts. 865 e 867 do Código de Processo Civil".

CONCLUSÃO DE ACORDAOS

Assinados na Sessão do dia 13 de Agosto:

Apelação Cível n.º 1063, de Umbuzeiro.

Relator: des. Severino Montenegro. 1.º apelante: José Gomes da Silva; 2.º apelante: Maria do Carmo de Andrade Silva; apelados: os mesmos.

"Acorda a PRIMEIRA CAMARA do Tribunal de Apelação, por unanimidade, e concordando com o parecer do Exmo. Procurador Geral, em negar provimento às duas apelações".

Apelação Cível n.º 1059, de João Pessoa.

Relator: des. Flodoardo da Silveira. Apelante: o Estado da Paraíba; apelada: d. Sílvia de Moraes Leite.

"Cordam em Primeira Camara do Tribunal de Apelação do Estado da Paraíba, por maioria de votos, dar provimento ao recurso para, reformando a sentença recorrida, mandar excluir da liquidação de sentença que se processa nestes autos, os juros da móra".

Apelação Cível n.º 1111) de Antenor Navarro.

Relator: des. Flodoardo da Silveira. 1.º Apelante: José Damião de Abreu; 2.º apelante: José Gonçalves Braga; apelados: os mesmos.

"Acordam em Primeira Camara do Tribunal de Apelação do Estado da Paraíba, por unanimidade, negar provimento á segunda apelação (do réu) e dar provimento a primeira (do autor) para reformar a sentença apelada sómente na parte em que o condenou a indenizar com quinhentos cruzeiros a morte de uma garrota pertencente ao segundo apelante, ficando, assim, julados improcedentes a ação e a reconvenção".

EDITAL N.º 145

Faço ciência aos interessados que o exmo. des. Presidente designou o dia 16 de

Agosto corrente para os seguintes julgamentos pela Primeira Camara:

Apelação Cível n.º 1113, de Brejo do Cruz.

Relator: des. Severino Montenegro. Apelantes: Martiniano Moreira Dantas e sua mulher; apelados: Francisco Ferreira Filho e sua mulher,

Conflito de Jurisdição n.º 54 de João Pessoa.

Relator: des. Severino Montenegro. Suscitante: o dr. Juiz de Direito da 2.ª Vara; suscitado: o dr. Juiz de Direito da 3.ª Vara.

Apelação Cível n.º 1117, de João Pessoa.

Relator: des. Flodoardo da Silveira; 1.º Apelante: A.C. Pereira Gomes; 2.º apelante: Adelino Honório; apelados: os mesmos.

E para que chegue ao conhecimento de todos, faço publicar o presente edital. Secretaria do Tribunal de Apelação, em João Pessoa 13 de Agosto de 1946. Euripedes Tavares — Secretário.

ENTRADA E REGISTRO DE PROCESSOS

Deram entrada na portaria do Tribunal de Apelação, e foram registrados em protocolo, em 12 e 13 de Agosto de 1946, respectivamente, os seguintes recursos:

Apelação Criminal da Comarca de Ingá.

Apelante: José Marques de Almeida Sobrinho.

Apelados: Gerson Tavares Bezerra e outros.

JUSTIÇA DO TRABALHO

JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO

Reclamação JCJ — 438/48 procedente do municipio da Capital.

Reclamante — Pedro Alexandre da Silva.

Reclamados — Araujo & Cia.

Objeto — Aviso prévio e salário enfermidade.

Solução — Conciliada em Cr\$ 130,00 sobre o objeto da reclamação. Custas pelos reclamados no valor de Cr\$ 13,10.

Reclamação JCJ 439/46 procedente do municipio da Capital.

Reclamante — Luiz Targino da Silva.

Reclamado — S.A. I. R. F. Matarazzo.

Objeto — Aviso prévio.

Solução — Adiado o julgamento para o dia 22 de agosto ás 14,30 horas.

Apelação Cível da Comarca de João Pessoa.

Apelantes: Prostacilia Mororó Costa. Apelado: Cidronio Mororó.

Agravo de Instrumento Cível da Comarca de João Pessoa.

Agravante: Dr. Alberto Candido Guimarães Tourinho.

Agravado: Banco do Brasil S.A.

AUTOS COM VISTA AS PARTES, CORRENDO PRAZO NA SECRETARIA:

Recurso Extraordinário nos autos de Apelação Cível n.º 1.120, da comarca de Campina Grande. Recorrentes: Julio Costa e sua mulher. Recorrido: João Teles de Oliveira.

Com vista ao advogado dos recorrentes, bel. Antonio Ovidio de Araujo Pereira, pelo prazo legal.

(Expediente da escrivã: Aurea S. Maior).

SECRETARIA DO TRIBUNAL DE APELAÇÃO

Autos com vista ás partes, correndo prazo, na Secretaria:

Recurso Extraordinário na Apelação Cível n.º 1103, da comarca de João Pessoa. Recorrente: Severino Fortunato da Silva. Recorrido: Manuel Gomes Donato.

Com vista ao dr. Severino Alves Ayres, advogado do recorrente, para defesa, em data de 13 do corrente. (Expediente do Escrivão Veiga Cabral).

Reclamação JCJ — 440 e 441/46 procedente do Municipio da Capital.

Reclamantes — Adalberto Bezerra e João Barbosa Bezerra.

Reclamada — Cooperativa da Pesca.

Objeto — Despedida injusta, aviso prévio e férias.

Solução — Arquivadas as reclamações. Custas pelos reclamantes nos valores de Cr\$ 128,40 e 140,40 respectivamente.

Hoje, serão julgadas as seguintes reclamações:

14 horas — Reclamante — Abilio de Souza e outros — Reclamado — Pedro Lopes Guimarães.

14,15 horas — Reclamante — José Ram's da Silva — Reclamada — The Great Western of Brazil Railway Co. Ltd.

Afim de tratar de assunto do Sales da Silva. seu interesse, deverá comparecer a esta Junta, o sr. Manuel João Pessoa, 13 de Agosto de 1946.

NOTAS DO FÓRO

CARTÓRIO DO REGISTRO CIVIL — PROCLAMAS DE CASAMENTO

No cartório do escrivão Sebastião Bastos, desta Capital, correm proclamas dos contraentes seguintes:

João Batista dos Santos, ferroviário, natural de Pernambuco e Jurandi Freitas Guedes, natural deste Estado, maiores, solteiros, domiciliados e residentes nesta Capital, às ruas Silva Ramos, 161 e Xavier Junior, 447.

Pedro José Bandeira, artista e Hilda da Penha, maiores, solteiros perante a lei, porém casados religiosamente, naturais desta Capital, onde são domiciliados e residentes à av. D. Pedro II, prédio ainda sem numero.

Otacílio Sabino da Silva, tipógrafo, domiciliado e residente nesta Capital, à rua Martim Leitão, e Maria José Soares, domiciliada e residente na cidade de Sta. Rita, deste Estado, onde corre a respectiva habilitação, solteiros, menores, e naturais deste Estado. Por copia deprecada.

Com proclamas já publicados:
Luiz José do Nascimento e Vicência da Conceição Macena, Pedro Gomes de Lira e Ernestina Ferreira da Silva, Griel Diniz do Vale e Vanda Borges de Carvalho.

Cartório de Orfãos e da Fazenda Estadual

Movimento de autos do dia 13:

Para ciência dos interessados, torno publico a sentença proferida pelo dr. Juiz de Direito da 1.ª Vara da Comarca da Capital, nos autos do Inventário de Francisco Mario Cavalcanti de Albuquerque: "Vistos, etc. Julgo por sentença boa e valiosa a partilha de fls. para que produza os seus devidos efeitos. P. e I. João Pessoa, 10-8-1946. Custas pelo Monte. Julio Rique. Nas conformidades do art. 168, § 1.º do C.P.C. tenho como intimados os interessados da referida sentença. O Escrevente autorizado: — Rodrigo Maciel.

Ao dr. Juiz de Direito da 1.ª Vara:

Inventário de Antonio Pereira de Lima.

Inventário do dr. Adolfo Pessoa.

Inventário de Mercedes Brandão Correia Lima.

Ação de Nulidade de Testamento de José Holmes.

Ao dr. Juiz de Direito da 2.ª Vara:

Ação de Nulidade de Ato Administrativo da Sociedade de Assistência aos Lázaros e Defesa Contra a Leprosia.

João Pessoa, 13 de Agosto de 1946.

O Escrevente autorizado: — Rodrigo Maciel.

Para ciência dos interessados, torno publico o despacho proferido pelo dr. Juiz de Direito da 1.ª Vara da Comarca da Capital, nos autos do Arrolamento de d. Carmem Bastos Loureiro: Designo o p. dia 16, às 10 hs. em Cartório, para a partilha, intimadas as partes. J.P. 12-8-1946. Julio Rique. Nas conformidades do art. 168, § 1.º do C.P.C. tenho como intimados os interessados do referido despacho: O Escrevente autorizado: — Rodrigo Maciel.

REPARTIÇÕES FEDERAIS

DELEGACIA FISCAL NA PARAIBA

Serviço de Obrigações de Guerra

Afim de que possam ter andamento seus requerimentos pedindo reembolso do que pagaram para "obrigações de Guerra" em 1946, enviados a este S. O. G. pela Diretoria Regional do Imposto de Renda neste Estado, ficam convidados a comparecer a este Serviço, com a possível urgencia, os seguintes contribuintes do imposto de renda: Nicolau da Costa, Alvaro Jerje & Cia.,

Julio Martins, José Martins, Dias Galvão & Cia., A. Muri-beca & Cia., e Candido Menezes.

Continuam suspensos o pagamento de juros de "Obrigações de Guerra" e a entrega dos respectivos titulos, nesta Delegacia Fiscal, até posterior aviso.

S. O. G., em 13 de Agosto de 1946.

H. AMSTEIN — Chefe.

LEGISLAÇÃO FEDERAL

DECRETO-LEI N.º 9.500, de 23 de julho de 1946

(Conclusão)

TÍTULO X

Disposições diversas

CAPÍTULO I

Disposições Gerais

Art. 139 — Para efeito do serviço militar, cessará a incapacidade civil do menor que houver completado dezessete anos de idade.

Art. 140 — Nenhum brasileiro, entre dezessete e quarenta e cinco anos de idade, poderá sem fazer prova de que está em dia com suas obrigações militares:

a) ser nomeado funcionário publico ou extranumerário federal, estadual ou municipal, ou ingressar como funcionário ou empregado em institutos para-estatais, autarquias, associações ou empresas oficiais, oficializadas ou subvencionadas, ou cuja existência e funcionamento dependam de autorização ou reconhecimento pelo poder publico;

b) assinar contrato de qualquer natureza com o Governo Federal, Estadual ou Municipal;

c) obter passaporte ou prorrogação de sua validade;

d) obter carteira profissional;

e) obter licença para o exercício de qualquer industria ou profissão.

f) matricular-se ou prestar exame em qualquer estabelecimento de ensino.

§ 1.º — Sempre que se verificar admissão ou posse de funcionários ou empregados de que trata a letra a) deste artigo, o chefe da repartição ou serviço remeterá, dentro de quinze dias, à Chefia da Circunscrição de Recrutamento correspondente os dados relativos ao nome, filiação, Município e data de nascimento do servidor em apêço, com declaração da situação militar.

§ 2.º — Os Chefes de repartição ou serviço, que verificarem ter sido nomeado algum funcionário com infração do disposto na letra a) deste artigo, providenciarão imediatamente para que seja tornado sem efeito o ato de nomeação, oficiando para tal fim, quando for necessário, a autoridade responsável.

§ 3.º — Nenhum brasileiro naturalizado poderá ser diplomado ou exercer profissão liberal sem que faça prova de estar em dia com suas obrigações militares.

§ 4.º — Os brasileiros por opção e os naturalizados de mais de trinta anos, após alistamento, receberão o certificado de terceira categoria, ou de isenção de acordo com as disposições desta lei.

Art. 141 — Constituem prova de estar o cidadão em dia com suas obrigações militares:

a) Certificado de Alistamento Militar, a partir dos dezessete anos até completar vinte anos de idade, satisfeitas as exigências de adiamento de incorporação, se for o caso;

b) Certificado de Reservista;

c) Certificado de Isenção do Serviço Militar.

Parágrafo único — O menor de dezessete anos e maior de quarenta e seis anos de idade não incidem nas proibições do art. 140 desta lei.

Art. 142 — O funcionário publico ou extranumerário federal, estadual ou municipal, contará, de acordo com a legislação militar, para efeitos de aposentadoria, o tempo de ser-

viço ativo prestado quando incorporado nas Forças Armadas.

Art. 143 — Nos contratos de arrendamento de vias férreas, de empresas de navegação e de execução de obras públicas federais, estaduais ou municipais, deverá constar uma cláusula pela qual sejam destinados aos reservistas das Forças Armadas dois terços no mínimo, dos lugares que devem ser preenchidos obrigatoriamente por brasileiros.

Parágrafo único — Em caso de infração ao disposto neste artigo, os interessados poderão solicitar providências às Circunscrições de Recrutamento, à Diretoria do Pessoal da Armada ou à Diretoria Geral do Pessoal da Aeronáutica, respectivamente, às quais caberá a promoção das medidas necessárias.

Art. 144 — O oficial do Registro Civil perceberá uma gratificação por pessoa relacionada na forma desta lei, não podendo cobrar qualquer contribuição aos interessados.

Parágrafo único — A gratificação a que se refere este artigo será arbitrada anualmente pelo Ministro da Guerra, correrá por conta do fundo de cobrança das Multas e Taxas e será paga pelas Circunscrições de Recrutamento.

Art. 145 — Os funcionários públicos federais, estaduais ou municipais, bem como os empregados, operários ou trabalhadores, quando incorporados por convocação terão assegurado o cargo ou emprego para quando forem licenciados, a não ser que declarem, por ocasião de sua incorporação, não pretenderem voltar ao mesmo depois da prestação do Serviço Militar.

§ 1.º — Perderá o direito assegurado nesse artigo o incorporado que enganar.

§ 2.º — Ao Comandante de Corpo ou Chefe de Repartição caberá notificar a pretensão do interessado a quem caiba reservar o cargo ou emprego.

Art. 146 — A convocação de reservistas para manutenção da ordem interna é da competência do Presidente da República, que fixará em decreto especial as zonas militares abrangidas, o número de reservistas e a classe ou classes a convocar bem como o prazo de incorporação.

Parágrafo único — A convocação dos reservistas para fins das letras *a* e *b* do art. 8.º é competência dos Ministros da Guerra, da Marinha e da Aeronáutica.

Art. 147 — O reservista convocado para manobras, manutenção da ordem interna ou guerra externa, terá assegurado, se empregado, operário ou trabalhador, dois terços do respectivo salário, enquanto permanecer incorporado, percebendo, nas Forças Armadas apenas a etapa, e se for o caso, vantagens.

Art. 148 — Das vagas verificadas nos quadros de funcionários civis dos estabelecimentos e repartições militares, a metade será assegurada aos reservistas de primeira categoria que, até dois anos após o licenciamento se habilitarem para o preenchimento das mesmas, satisfazendo as exigências legais.

Art. 149 — Em caso de infração aos dispositivos desta lei, relativamente à exigência de estar em dia com as obrigações militares, poderá o interessado dirigir-se aos chefes das Circunscrições de Recrutamento ou aos seus delegados, para salvaguarda de seus direitos ou interesses.

Art. 150 — Periódicamente os Ministros da Guerra, da Marinha e da Aeronáutica farão realizar, no Dia do Reservista, solenidades que visem despertar nos reservistas os sentimentos cívicos e os de solidariedade e camaradagem militar.

§ 1.º — O Dia do Reservista será comemorado em dezesseis de dezembro, em homenagem ao grande patriota e parladino do Serviço Militar que foi Olavo Bilac.

§ 2.º — Instruções especiais organizadas pelos órgãos de direção de Recrutamento dos referidos Ministérios regularão a execução das solenidades do Dia do Reservista.

Art. 151 — A propaganda do Serviço Militar será programada e superintendida pela Diretoria de Recrutamento, que para tal fim disporá de recursos orçamentários e dos provenientes da cobrança de Taxas e Multas estabelecidas nesta lei.

Parágrafo único — A propaganda deverá ser coordenada por mútuo entendimento entre as autoridades do Exército, da Marinha e da Aeronáutica, que a devam executar.

Art. 152 — O indivíduo que, por qualquer motivo, obtiver dispensa ou adiamento de incorporação nas Forças Armadas ficará sujeito, cada vez, ao pagamento de uma Taxa Militar, de 10 a 50 cruzeiros, de acordo com o que for estabelecido no regulamento desta lei.

Art. 153 — As despesas para a execução desta lei correrão por conta da verba "Serviço Militar", constante dos orçamentos dos Ministérios da Guerra, da Marinha e da Aeronáutica e da arrecadação de Taxa Militar e de Multas.

CAPITULO II

Disposições transitórias

Art. 154 — No primeiro ano civil de execução desta lei, deverão alistar-se, na forma do art. 21 e seguintes, os indivíduos que no seu decurso completarem dezoito, dezenove e vinte anos de idade.

§ 1.º — As relações enviadas pelos Oficiais do Registro Civil às Circunscrições de Recrutamento, deverão abranger, nesse primeiro ano, os nomes dos indivíduos que no decurso do mesmo completarem dezoito, dezenove e vinte anos de idade.

§ 2.º — As contribuições para a eficiência do alistamento militar, de que trata o art. 27 desta lei, abrangerão, nesse primeiro ano, todos os alunos que em seu decurso completarem dezoito, dezenove e vinte anos de idade.

Art. 155 — Nos três primeiros anos da execução desta lei, serão convocados as seguintes classes, excetuadas as dos Estados referidos no artigo seguinte:

a) em 1947, as classes de 1926 e 1927, computadas em partes iguais;

b) em 1948, as classes de 1928 e 1929, computadas em partes iguais;

c) em 1949, as classes de 1930 e 1931, computadas em partes iguais;

d) em 1950, a classe de 1932.

Art. 156 — Nos Estados de Bahia, Sergipe, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Pará, Amazonas, Piauí, Ceará, Maranhão, Rio de Janeiro, São Paulo, Mato Grosso, Distrito Federal, e Territórios do Acre, Amapá, Guaporé, Ponta Porã e Rio Branco, serão incorporados: em 1947, as classes de 1925 e 1926; em 1948, as classes de 1927 e 1928; em 1949, as classes de 1929 e 1930; em 1950, as classes de 1931 e 1932.

Art. 157 — Em 1947, 1948 e 1949 serão dispensados de incorporação, pelos Comandantes de Região Militar e a seu critério os excedentes das classes convocadas, que se acharem compreendidas no art. 124, do Decreto-lei 15.934, de 22 de janeiro de 1923.

Parágrafo único — Os contemplados nas condições deste artigo, que forem julgados aptos, serão considerados reservistas de terceira categoria.

Art. 158 — Os sargentos de qualquer graduação, que na data da publicação desta lei estiverem servindo nas Forças Armadas há mais de sete anos, poderão continuar no serviço ativo, mediante reengajamentos sucessivos, até completarem a idade limite, desde que satisfaçam as condições de robustez física, boa conduta militar e civil e comprovada capacidade profissional.

Art. 159 — Os atuais segundos sargentos possuidores de curso que os habilite ao comando de pelotão ou seção poderão reengajar até o limite de idade de permanência no serviço ativo, satisfeitas as condições das letras *a*, *b* e *c*, do art. 86.

Art. 160 — Aos sargentos existentes na data da publicação desta lei, com mais de quatro e menos de sete anos de serviço, que não possuam nenhum dos cursos previstos no art. 89 e seu parágrafo, é facultada a permanência nas fileiras, a critério dos Comandantes de Regiões, por prazo nunca superior a três anos, a contar da data da publicação da presente lei, a fim de se habilitarem com qualquer dos referidos cursos para efeito de reengajamentos até a idade limite no serviço ativo.

Art. 161 — Os sargentos, cabos e soldados, amparados pelo Decreto-lei n.º 8.159, de 3 de novembro de 1945, poderão continuar a servir nas condições do art. 158.

Art. 162 — Os cabos que na data da publicação desta lei estiverem incorporados e contarem nove ou mais anos de serviço poderão continuar no serviço ativo, mediante reengajamentos sucessivos, até completarem a idade limite, desde que satisfaçam as condições de robustez física, boa conduta militar e civil, e comprovada capacidade profissional.

Art. 163 — Os convocados que na data da publicação

da presente lei servirem como operários e artifices em funções técnico-profissionais nos estabelecimentos de que trata a letra c do art. 55, e não possuírem diploma ou certificado de curso, serão dispensados de incorporação, desde que tal providência seja solicitada pelo estabelecimento interessado.

Art. 164 — A Diretoria de Recrutamento apresentará ao Ministro da Guerra, por intermédio do Departamento Geral de Administração, um projeto de Regulamento desta lei, dentro de sessenta dias de sua publicação.

Art. 165 — Enquanto não for publicado o Regulamento desta lei, continuarão em vigor a prescrições, mapas, certidões, atestados e demais documentos atualmente regulamentares.

Art. 166 — Os Ministérios da Guerra, Marinha e Aeronáutica organizarão respectivamente, os Regulamentos, da Diretoria de Recrutamento, da Diretoria do Pessoal da Armada, e da Diretoria Geral do Pessoal da Aeronáutica, adaptados às disposições desta lei, conforme determina o § 1.º do art. 11.

Art. 167 — Esta lei, entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 23 de julho de 1946; 125.º da Independência e 58.º da República.

EURICO G. DUTRA.

P. Góes Monteiro.

Carlos Coimbra da Luz.

Jorge Dodsworth Martins.

João Neves da Fontoura.

Gastão Vidigal.

Luiz Augusto da Silva Vieira.

Netto Campelo Junior.

Ernesto de Souza Campos.

Francisco Vieira de Alencar.

Armando Trompowsky.

EDITAIS E AVISOS

EDITAL DE PRAÇA — O Dr. José Porto Paiva, Suplente em exercício no cargo de Juiz de Direito da 2.ª vara da Comarca da Capital, por virtude da lei, etc.

Faz saber aos que o presente edital de praça virem ou que dele notícia tiver ou a quem interessar possa, que no dia 14 de agosto próximo viúduro, às 14 horas, na sala das audiências deste juízo, no Palácio da Justiça desta Capital, o porteiro dos auditórios trará a público pregão de venda e arrematação, a quem mais der além da avaliação, os bens dados por caução pela firma Byington & Cia., na ação que promove contra Aluisio Gomes & Irmão a requerimento do Depositário Público, em poder de quem se encontram os referidos bens, a saber: Um balcão frigorífico de ferro, com seis portas, pintado de branco, avaliado por Cr\$ 2.800,00; um outro balcão menor, frigorífico, também de ferro, pintado de branco, no valor de Cr\$ 2.200,00 e um refrigerador comercial, também de ferro e pintado de branco, pelo valor de Cr\$ 3.000,00, os balcões e refrigerador acima estão sem os motores e com-

pressores respectivos. E quem nos mesmos quizer lançar compareçam no dia, hora e local, acima indicados para oferecerem o seu lance. Dado e passado nesta cidade de João Pessoa, aos 10 de julho de 1946. Eu, Milton Peixoto de Vasconcelos, escrevente autorizado o datilografei. — JOSE PORTO PAIVA.

(24. — Edital de citação de devedor ausente, com o prazo de 60 dias.

O Dr. Luiz Silvio Ramalho, Juiz de Direito da Comarca de Sabugi, Estado da Paraíba, na forma da lei etc.

Faz saber a todos quantos este edital com o prazo de 60 dias virem, dele notícia tiverem e interessar possa, que por parte da Fazenda do Estado, por seu representante legal, lhe foi dirigida a petição do teor seguinte: "Exmo. Snr. Dr. Juiz de Direito desta Comarca. Diz o adjunto de procurador da Fazenda do Estado, que Francisco Salvino, morador nesta cidade, deve a quantia de Cr\$ 27,50, proveniente do imposto de indústria e profissão, e respectiva multa, referente ao exercício do ano D.

findo, como se vê da certidão junta, e por isso requer a V. Excia. se digne mandar passar mandado de execução para que seja citado o suplicado, e na sua falta seus herdeiros, a fim de pagar incontinenti dita quantia e custas; e, não o fazendo, proceder-se-á penhora em bens, quanto bastem para o respectivo pagamento e das custas, ficando ele logo citado para os termos ulteriores da execução até final e efetivo pagamento de seu debito, sob pena de revelia, citando-se igualmente sua mulher, caso a penhora recaia em bens imóveis. N. termos. P. deferimento, Sabugi, em 10 de junho de 1946. O Adjunto de Proc. da Fazenda — (aa) Severino Ramos Bezerra". Na qual deu o seguinte despacho: "D. R. A. Expeça-se mandado executivo. Sabugi, 11-6-1946. (a) L. Ramalho". Expedido o mandado o oficial de Justiça encarregado da diligência portou por fé que o executado não mais reside nesta cidade e sim em lugar ignorado. Em vista disso deu o despacho seguinte: "Cite-se o executado por edital com o prazo de 60 dias. Sabugi, em 12-7-1946. (a) L. Ramalho". Pelo presente edital chama e cita o referido executado, Francisco Salvino, para comparecer em cartório do escrivão que este subscreve, dentro do referido prazo, a fim de efetuar o pagamento da quantia reclamada e das custas, ficando o mesmo citado para todos os ulteriores termos da ação até final, sob pena de revelia. E para que chegue ao conhecimento de todos mandou passar o presente que será afixado no lugar de costume e publicado três vezes no Diário Oficial do Estado. Dado e passado nesta cidade de Sabugi, aos 12 de Julho de 1946. Eu, Francisco Augusto Fernandes, Escrivão o datilografei e subscrevo: — (a) Francisco Augusto Fernandes — (a) Luiz Silvio Ramalho — Está conforme com o original; deu fé; Data supra. O Escrivão — Francisco Augusto Fernandes.

EDITAL de convocação do Juri — O dr. José Porto Paiva Juiz Suplente em exercício na 3.ª Vara da Comarca da Capital do Estado da Paraíba, em virtude da lei, etc.

Faço saber, que tendo sido designado o dia 28 do corrente, pelas 13 horas, para funcionar em sua 3.ª sessão ordinária deste ano, o Juri desta Capital,

procedi, de acordo com a lei, ao sorteio de 12 cidadãos jurados, para com os 12 já sorteados da ultima sessão, completarem a lista dos 21 que têm de servir ficando a mesma lista assim constituída: 1 — dr. Alfredo Monteiro; 2 — dr. Nelson Souto Maior Rosas; 3 — Walfredo Rodrigues; 4 — Wilson Madruga; 5 — dr. Antonio de Arruda Brainer; 6 — João Celso Peixoto de Vasconcelos; 7 — dr. Osorio Lopes Abath; 8 — dr. Luciano Ribeiro de Moraes; 9 — dr. Vicente Trevas Filho; 10 — Prof. Francisco Sales de Albuquerque; 11 — dr. Graciano Gonçalves de Medeiros; 12 — Derlopidas Gomes Neves; 13 — dr. Severino Alves da Silveira; 14 — dr. Luiz Gonzaga de Miranda Freire; 15 — d. Alzira Viana Espinola da Silva; 16 — Antonio Pereira Gomes Filho; 17 — Severino Carneiro de Mesquita; 18 — dr. Leon Francisco Clerôt; 19 — Severino Candido Marinho; 20 — dr. Joaquim Ferreira da Costa e 21 — dr. Durval Cabral de Almeida e Albuquerque.

Ficam assim todos convidados a comparecer á sessão do Juri, no dia e hora acima, bem como nos demais dias enquanto durarem os trabalhos da sessão sob as penas da lei se faltarem.

Para conhecimento de todos fiz passar o presente edital que será publicado e afixado legalmente. Dado e passado nesta cidade de João Pessoa, aos 7 de agosto de 1946. Eu, Carlos Neves da Franca, escrivão do Juri o escrevi. (a) José Porto Paiva, Conforme com o original. Subscrevo e assino. O Escrivão Carlos Neves da Franca.

THE GREAT WESTERN OF BRAZIL RAILWAY COMPANY LIMITED — EDITAL — Pelo presente ficam intimados a comparecer ao serviço e assumirem as funções dos seus cargos, dentro do prazo de oito dias, a contar da data da publicação deste edital, sob pena de serem demitidos por abandono de emprego, os snrs. JOSÉ JERÔNICO BARBOSA, Trabalhador de linha da turma volante nº 2, na Linha Norte, registrado na Caixa de Pensões sob o nº V. 17779; PEDRO ERNESTO DA SILVA, Trabalhador de Linha nº, empedramento de Mauá, registrado na Caixa de Pensões sob o nº V. 17061; JOSE ERNESTO DA SILVA, Trabalhador de Linha no empedramento de Mauá, registrado na Caixa de Pensões

sob o nº V. 17055; MANUEL MARIANO SOBRINHO, Trabalhador de Linha da turma nº 4 em Mureno, registrado na Caixa de Pensões sob o nº V. 10425; JOSÉ JUSTINO DA SILVA, Rondante do Depósito de Edgar Verneque, registrado na Caixa de Pensões sob o nº L. 6640; AMARO FELICIO DA PAIXAO, Limpador em Ribirão, registrado na Caixa de Pensões sob o nº L. 7079 e MANUEL RIBEIRO DE CARVALHO, guarda-freio, registrado na Caixa de Pensões sob o nº T. 7080.

Recife, 10 de agosto de 1946.
A ADMINISTRAÇÃO:

MINISTERIO DA GUERRA — 7.ª REGIÃO MILITAR — 23.ª CIRCUNSCRIÇÃO DE RECRUTAMENTO — 3.ª Seção — Inspeção de saúde das Classes 1925 e 1926. O chefe da 23.ª C. R. torna publico, para o conhecimento dos interessados, que a Inspeção de Saúde para os cidadãos, das classes de 1925 e 1926, residente em João Pessoa, ora se processando no Quartel nº 15.º R. I., será terminada, impreterivelmente, no dia 25 de agosto do corrente.

Outrossim, esclarece, aos cidadãos pertencentes às duas classes convocadas, que a Inspeção de Saúde é obrigatória sendo considerado refratário ao Serviço Militar, e, como tal sujeito às penas da lei, todo aquele que faltar à referida Inspeção no prazo assim estabelecido.

Informa, ainda, a necessidade urgente de comparecerem a esta C. R. todos os cidadãos que já se acham com a sua Inspeção de Saúde marcada para depois do dia 24 de agosto.

Romeu Otavio da Silva Azevedo — Major Chefe da 23.ª C. R.

COMARCA DE CAIÇARA — CARTÓRIO DO 1.º OFÍCIO — (Cópia) — EDITAL DE CITAÇÃO COM O PRAZO DE SESENTA DIAS — O Dr. João Luiz Beltrão, Juiz de Direito da Comarca de Caiçara, Estado da Paraíba, em virtude da lei etc. — Faço saber aos que o presente edital de citação de herdeiros ausentes, com o prazo de 60 dias, virem, dele conhecimento tiverem e interessar possa que, neste Juízo, no cartório do 1.º Ofício, corre o processo de arrolamento e partilha dos bens deixados pelo falecimento de ANTONIO PESSOA DA SILVA, domiciliado e

residente que foi no lugar Canção, desta Comarca, e, residindo fora desta Comarca os herdeiros JOÃO PESSOA DA SILVA, residente no Território do Acre, José Pessoa da Silva, residente no Estado de São Paulo e Miguel Pessoa da Silva, residente na cidade de Fortaleza, Capital do Estado do Ceará, conforme consta das declarações prestadas pela inventariante, Dona Josefa Augusta Bezerra, no termo respectivo, cito-os os chamo para no prazo de sessenta dias, contados da publicação no Órgão Oficial do Estado, dizerem sobre as declarações da inventariante e assistirem aos demais atos e termos do arrolamento, até final julgamento, sob as penas da lei. E para que chegue ao conhecimento de todos a quem interessar possa, mandei passar o presente edital que será publicado na Imprensa Oficial do Estado e afixado no local do costume, de acordo com a lei, e passado nesta cidade de Caiçara, em 5 de agosto de mil novecentos e quarenta e seis. Eu, Severino Ismael da Costa. Escrivão interino, o datilografei e subcrevo. (ass.) Severino Ismael da Costa. João Luiz Beltrão. Está conforme o original; deu fé, datilografei e assino. Data supra. — O Escrivão interino: SEVERINO ISMAEL DA COSTA.

(Cópia) — EDITAL DE VENDA EM HASTA PUBLICA COM O PRAZO DE 20 DIAS — O Dr. Antonio Gabinio da Costa Machado, Juiz de Direito da 1.ª Vara da Comarca de Campina Grande, etc. — Faço saber a todos quantos o presente edital de venda em hasta publica com o prazo de 20 dias virem, ou dele notícias tiverem o interessar possa, que, o porteiros dos auditórios deste Juízo, trará a publico pregão de venda em hasta publica, no dia 5 do mês próximo, às 14 horas, no Fórum local, a quem mais der e maior lance oferecer, UMA PARTE IDEAL DE CR\$ 3.000,00 (tres mil cruzeiros) da propriedade no lugar Marvelina, distrito de Fagundes, deste Município, constante de terras que medem mais ou menos, trinta e cinco (35) quadros de 50 braças, com uma caia de taipa e telhas, um aviamento de fabricar farinha, que funciona na mesma casa, um olho d'água, limitando-se: — ao Norte, com herdeiros de Inácio Taveira ao Nascente, com José Dantas de

Albuquerque; ao Sul, com Antonio Ferrelira Dantas e ao Poente, ainda, com Antonio Ferrelira Dantas pertencente ao espólio de MANOEL VICENTE DE ARAÚJO sua mulher Alexandrina Maria da Conceição, e separada dita parte, para pagamento de custas do respectivo inventario. E para que chegue ao conhecimento de todos, mandei expedir o presente edital, que será afixado e publicado legalmente. Dado

e passado nesta cidade de Campina Grande, aos 8 de Agosto de 1946. Eu, Cristino de Albuquerque Montenegro, Escrivão, o fiz datilografar e assino. (ass.) O Escrivão: — Cristino de Albuquerque Montenegro, Antonio Gabinio. Juiz de Direito da 1.ª Vara. "Conforme: — deu fé. Data supra".

O Escrivão: — CRISTINO DE ALBUQUERQUE MONTE-NEGRO.

ANUNCIOS DIVERSOS

INSTITUTO DE APOSENTADORIA E PENSÕES DOS COMERCIÁRIOS DELEGACIA NO ESTADO DA PARAIBA

Aviso aos Empregados

1º — De acordo com os Decretos nºs. 8.621 e 8.622 de 10/1/46, a partir do mês de Junho passado, são contribuintes obrigatórios do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC) todas as empresas subordinadas a este Instituto.

2º — A contribuição devida pelas empresas ao SENAC, corresponderá a 1% (um por cento) do montante dos salários pagos aos empregados e retiradas de empregadores segurados, sobre o qual incidir o desconto de contribuições para o I. A. P. C.

3º — Em todas as guias de recolhimento de contribuições para o I. A. P. C., referentes ao mês de Junho de 1946 e meses subsequentes deverá constar a correspondente contribuição para o SENAC.

4º — Essa contribuição é devida apenas empresa.

5º — Para maior facilidade do recolhimento bastará encerrar vigorar a taxa de 5% para o IAPC, que no valor total de cada guia de recolhi-

mento deste Instituto, se adicione, a taxa de 10% que representará a contribuição para o SENAC.

João Pessoa, 12 de Agosto de 1946.

SEVERINO UMBELINO DE ALMEIDA: — Delegado.

Departamento de saneamento de João Pessoa AVISO

Em conformidade com o Decreto-Lei nº 835, de 25 de julho de 1946, as taxas de água e esgoto referentes ao mês de julho deverão ser pagas na Tesouraria desta Repartição até o dia 15 do corrente.

A partir do dia 16 as taxas ficarão acrescidas da multa de 10%.

Do dia 21 em diante serão expedidas as notificações de fechamento d'água por falta de pagamento dos prédios em atraso.

A DIRETORIA.

CIA. USINAS SÃO JOÃO E SANTA HELENA S. A. Aviso de Convocação

Ficam, pelo presente, convidados os senhores Acionistas da Cia. Usinas São João e Santa Helena S/A para uma reunião de Assembléia Geral Extraordinária que se realizará na Usina São João, no lugar Engenho Central, pelas 14 horas do próximo dia 10 do mês de setembro vindouro e na qual, além de outros assuntos de interesse da Cia. se tomará conhecimento da proposta de aumento do capital social.

Engenho Central, 10 de agosto de 1946

Ass.) Renato Ribeiro Coutinho.

AVISO Instituto Histórico ELEIÇÃO DA NOVA DIRETORIA

Nos termos do art. 18 dos respectivos estatutos, o presidente do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano, convocou uma sessão especial para o dia 18 do corrente domingo, às 15 horas, na sede social, a fim de proceder-se à eleição da nova diretoria que tem de reger os destinos daquela associação no período 1946-47.

Por nosso intermédio, o presidente respectivo encarece o comparecimento de todos os socios efetivos.